

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

LUIZ FELIPE FLORENTINO

***CHAIMITE - A QUEDA DO IMPÉRIO VÁTUA (1953): UMA PROPAGANDA
COLONIAL NO CINEMA PORTUGUÊS***

FLORIANÓPOLIS

2019

LUIZ FELIPE FLORENTINO

***CHAIMITE - A QUEDA DO IMPÉRIO VÁTUA (1953): UMA PROPAGANDA
COLONIAL NO CINEMA PORTUGUÊS***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial para obtenção dos
títulos de bacharel e licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. João Klug

FLORIANÓPOLIS

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Florentino, Luiz Felipe
Chaimite - A Queda do Império Vátua (1953) : Uma
Propaganda Colonial no Cinema Português / Luiz Felipe
Florentino ; orientador, João Klug, 2019.
93 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Estado Novo. 3. Gungunhana. 4. Império
Colonial. 5. Moçambique. I. Klug, João. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.

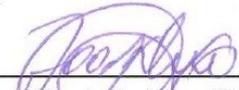


Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

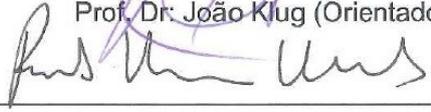
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove , às 15 horas e 00 minutos, na Sala Silvío Coelho dos Santos (Sala 110, bloco D, CFH), reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Dr: João Klug (Orientador(a) e Presidente); Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado (Titular); Prof^a. Dr^a: Daniela Queiroz Campos (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 80/HST/CFH/2019, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Luiz Felipe Florentino, intitulado: **“Chaimite - A Queda do Império Vátua (1953): Uma Propaganda Colonial no Cinema Português”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Dr: João Klug, nota 10,0, Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado, nota 10,0, Prof^a. Dr^a: Daniela Queiroz Campos, nota 10,0, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10,0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 10 de julho de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

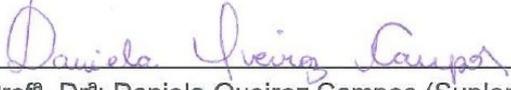
Florianópolis, 02 de julho de 2019



Prof. Dr. João Klug (Orientador(a))



Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado (Titular)



Prof^a. Dr^a: Daniela Queiroz Campos (Suplente)



Luiz Felipe Florentino (Acadêmico)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Luiz Felipe Florentino, matrícula n.º14201650, entregou a versão final de seu TCC cujo título é *Chaimite - A Queda do Império Vátua (1953): Uma Propaganda Colonial no Cinema Português*, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 10 de julho de 2019.

Assinatura manuscrita em azul sobre uma linha horizontal.
Orientador(a)

Aos meus pais, meus primeiros professores.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VIII
RESUMO	XI
SUMMARY	XII
LISTA DE ABRAVIATURAS	XIII
LISTA DE FIGURAS	XIV
INTRODUÇÃO	15
1 - CAPÍTULO 1: ESTADO NOVO PORTUGUÊS: IMPÉRIO AFRICANO E CINEMA	19
1.1 - Usos do passado	19
1.2 - A consolidação do Império Africano	21
1.3 - O Cinema enquanto ferramenta do regime.....	29
1.4 - O objeto de análise	33
2 - CAPÍTULO 2: OS PROCESSOS DE MITIFICAÇÃO DA FIGURA DE MOUSINHO DE ALBUQUERQUE	37
2.1 - A criação do mito colonial	37
2.2 - O resgate do mito colonial.....	53
3 - CAPÍTULO 3: CHAIMITE: UMA PROPAGANDA COLONIAL NO CINEMA PORTUGUÊS	63
3.1 - A realização	64
3.2 - <i>Chaimite</i> e a propaganda colonial	69
3.3 - O contexto internacional	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	91

AGRADECIMENTOS

A pesquisa acadêmica é uma atividade que de forma alguma deve ser tomada por um processo solitário, pelo contrário, são diversas as intervenções diretas e indiretas que contribuem para sua realização. O Trabalho de Conclusão de Curso, como o próprio nome indica, surge no final de uma longa etapa representada pela graduação, e por isso carrega uma série de marcas e contribuições diretas e indiretas dos laços que estabelecemos durante este período. Felizmente, no meu caso, há uma muitas pessoas e instituições que cruzaram meu caminho, que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

Presto meu agradecimento a Universidade Federal de Santa Catarina, instituição de excelência que, no que diz respeito ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em História especificamente, conta com um quadro de professores extremamente capazes e dedicados em sua grande maioria e onde pude dar os primeiros passos na vida acadêmica. Além disso, possui também uma considerável estrutura para o desenvolvimento de pesquisas, bem como bolsas e auxílios, que através de seu intermédio pude usufruir no decorrer de minha graduação, e assim me dedicar integralmente aos estudos.

Quero também agradecer aos meus professores, todos sem exceção, deram exemplos que influenciaram minha formação. Dentre estes professores, gostaria de destacar alguns que marcaram de forma especial minha trajetória nesta universidade. Agradeço ao professor Tiago Kramer de Oliveira, por ter me orientado num período de dois anos, momento que pude contar com uma bolsa de iniciação científica concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e por ter sido introduzido na pesquisa acadêmica de forma magistral, típica das atividades desenvolvidas por este professor.

Ao professor Paulo Pinheiro Machado, agradeço por ter tido a oportunidade de desenvolver a atividade de monitoria junto a disciplina Introdução aos Estudos Históricos, em diversas ocasiões, possibilitando-me uma oportunidade ímpar na inserção da atividade de docência, não apenas pela experiência da atividade em si, mas também pelo contato com um profissional admirável em todos os aspectos que me foi proporcionado.

Agradeço ao professor João Klug pela forma cativante com que exerce a arte de lecionar e pelo instigante ensino através do exemplo, agradeço ainda por aceitado presidir a banca avaliadora deste trabalho, quando regras, de certa forma ultrapassadas, impediram meu orientador de exercer esta função, por encontra-se no exercício de atividades no exterior.

Ao professor Sílvio Marcus de Souza Corrêa, orientador deste trabalho, registro a minha imensa gratidão. Pude contar, desde que cursei a disciplina História da África no segundo semestre de 2015, com o seu profissionalismo, genialidade e com conceitos formidáveis de pesquisa, próprios e indissociáveis da relação com este professor. Além disso, agradeço por ter aceitado prontamente exercer esta atividade de orientação, pela leitura crítica e atenciosa deste trabalho, bem como suas inúmeras sugestões, sem as quais, tenho absoluta certeza, este trabalho não teria sido possível.

Aos professores mencionados aqui, gostaria ainda de salientar que a contribuição dos senhores para a minha trajetória acadêmica, o que ultrapassa o processo de confecção deste trabalho especificamente, é tamanha, ao ponto de poder afirmar que, futuramente, ao assumir o exercício da arte de lecionar, eu significar aos meus futuros alunos um terço do que os senhores significam para mim profissionalmente, me darei por satisfeito, tendo a mais absoluta sensação de dever cumprido.

Quero ainda registrar minha gratidão a Cristiane Valério de Souza e Milano Cardoso Cavalcante, técnicos administrativos que exercem suas funções junto a Coordenação do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, por desburocratizarem os trâmites acadêmicos de forma inigualável, com carinho e boa vontade, o que ultrapassa em muito suas obrigações.

Agradeço também ao Banco Santander, pela concessão da Bolsa de intercâmbio concedida através do Programa de Bolsas Ibero-Americanas Graduação Santander Universidades, fomento de suma importância para a realização deste trabalho, pois através dele, pude garantir acesso a uma série de arquivos portugueses, bem como a vasta bibliografia da Biblioteca da Universidade de Coimbra, universidade onde tive o prazer de realizar esta mobilidade acadêmica.

Infelizmente, por puro descuido, não tomei nota dos nomes de todos os arquivistas e bibliotecários das instituições onde realizei esta pesquisa. No entanto, não poderia deixar de expressar meu reconhecimento e agradecer-lhes a ajuda na coleta da documentação e outras informações, o que também envolveu uma gama de conselhos. Agradeço então a este coletivo anônimo de funcionários dos arquivos em questão, sendo

eles o Arquivo Histórico Militar, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Sociedade de Geografia de Lisboa e a Cinemateca Portuguesa.

No decorrer da vida acadêmica temos o prazer de conhecer uma série de pessoas e felizmente colegas de curso se convertem em valorosos amigos, que acredito serem para a vida inteira. Assim, gostaria de expressar meu imenso carinho a Allana Letícia dos Santos e a Bruna Moraes da Silva, a vocês eu gostaria de agradecer, sobretudo pela oportunidade de crescermos juntos.

Quero expressar ainda minha gratidão a uma pessoa que é muito mais do que um amigo. Ao Hudson Louback Coutinho da Silva, que está comigo nesta caminhada desde o início. Por ter compartilhado anseios, projetos acadêmicos e visões de mundo. Por sempre estar junto nas empreitadas em arquivos e por ter me ajudado sempre e de maneira formidável, por ter acompanhado esta pesquisa em sua gênese e me ajudar a dar-lhe forma. Agradeço também pelas leituras críticas, por ser dono de uma visão sofisticada, principalmente no que diz respeito ao do papel social que deve assumir o historiador e por me dar a oportunidade de ter acesso a ela, ao compartilhar suas pesquisas e trabalhos comigo.

A todos vocês o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

Nesta pesquisa abordaremos determinados aspectos da produção do filme *Chaimite - A Queda do Império Vátua* (1953) do cineasta Jorge Brum do Canto. Esta obra cinematográfica narra uma fictícia história de amor entre portugueses e tem por cenário a Província de Moçambique, que se encontrava revoltada contra o jugo colonial português, a mando do régulo Gungunhana de Gaza. Assim, no decorrer da trama as campanhas militares de ocupação de 1895 ganham destaque, tendo por desfecho a prisão do monarca africano realizada pelo militar português Mousinho de Albuquerque, que na obra assume o papel de protagonista. Dessa forma, abordaremos dois processos distintos de mitificação da figura de Mousinho de Albuquerque, o que tem início imediatamente após a prisão do régulo africano ainda no século XIX e o processo de reabilitação do herói nacional levado a cabo pelo Estado Novo português, isto com o intuito de melhor situar nosso objeto de análise no contexto em que foi realizado. Deste modo, abordaremos este filme especificamente enquanto uma produção do período salazarista e buscaremos ampliar o debate acerca da construção e utilização de uma narrativa histórica ufanista por parte do Estado Novo, pois o objetivo central desta pesquisa consiste em avaliar a forma sutil com que esta obra cinematográfica em particular se enquadra na lógica colonial e propagandística deste governo.

Palavras-chave: Estado Novo. Gungunhana. Império Colonial. Moçambique. Mousinho de Albuquerque.

SUMMARY

In this investigation we will touch on specific features of the production of the film *Chaimite - A Queda do Império Vátua (1953)* directed by Jorge Brum do Canto. This work tells the fictional love story between Portuguese settlers and is set in the Province of Mozambique, which at the time was in revolt against the Portuguese Colonial rule under the command of the chief Gungunhana of Gaza. Throughout the course of the plot, the 1895 military occupation campaigns gain recognition, which results in the imprisonment of the African king, an operation carried out by the Portuguese cavalry officer Mousinho de Albuquerque, who in the film assumes the role of protagonist. In this way, we will focus on two distinct processes that make a myth out of the figure of Mousinho de Albuquerque, which started to take place after the imprisonment of the African chief in the 19th Century, and the process carried out by the Portuguese *Estado Novo* of restoring Mousinho as a national hero, in order to provide a good base for our analysis in the context in which the events took place. We will then look at the film specifically as a work from the Salazar period, and try to widen the debate around the *Estado Novo's* construction and utilization of a historical narrative, since the main objective of this research is to evaluate the subtle ways in which this cinematic piece in particular fits into this regime's colonial, propaganda-driven philosophy.

Key terms: Estado Novo. Gungunhana. Colonial Empire. Mozambique. Mousinho de Albuquerque.

LISTA DE ABREVIATURAS

Acervo da Cinemateca Portuguesa - ACP

Arquivo Histórico Militar - AHM

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - ANTT

Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa - BSGL

Biblioteca Nacional de España - BNE

Biblioteca Nacional de Portugal - BNP

Biblioteca Nacional do Brasil - BNB

Biblioteca Municipal de Lisboa - BML

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cartaz do filme <i>Chaimite - A Queda do Império Vátua</i>	35
Figura 2 - A prisão de Gungunhana	74

INTRODUÇÃO

O objeto de análise de nossa pesquisa, a obra cinematográfica *Chaimite - A Queda do Império Vátua* do realizador português Jorge Brum do Canto, materializa em si uma longa gestação de imagens e discursos construídos ao longo de um expressivo período da história contemporânea de Portugal. O filme, estreado em 1953, durante a vigência do Estado Novo, buscou retratar as campanhas militares de ocupação, concretizadas pela administração colonial portuguesa na Província de Moçambique, ocorridas na última década do século XIX.

Dessa forma, no decorrer da narrativa, a história de amor entre colonos supostamente central, cede espaço à interpretação dos pormenores do desenvolvimento das campanhas, já que representam um grande marco no desenrolar das políticas externas e coloniais de Portugal. Isso, por seu desfecho ter se dado com a prisão do régulo rebelado Gungunhana de Gaza em Chaimite, espécie de cidade santa do povo vátua. Tal façanha realizada por um pequeno destacamento de soldados portugueses, comandados por Mousinho de Albuquerque, capitão de cavalaria do exército português e recém-nomeado governador do distrito militar de Gaza, no que posteriormente viria a ser considerado por muitos, um dos maiores feitos de guerra de sua época.

Todavia, estigmatizar o filme como sendo apenas uma interpretação ufanista do período salazarista, acerca das conquistas portuguesas em África num passado não tão distante de sua realização, sem maiores aprofundamentos, resultaria numa abordagem extremamente reducionista sobre um objeto tão significativo e de amplas possibilidades interpretativas. Sendo assim, nos propomos a analisá-lo de forma a levar em consideração os aspectos particulares que sua confecção assumiu. Além disso, não perderemos de vista os possíveis desafios inerentes da utilização de fontes de épocas distintas, uma vez que ao elencarmos o colonialismo português encabeçado pelo Estado Novo durante boa parte do século XX, recorrentes recuos analíticos ao século XIX e as políticas coloniais de Portugal neste período tornam-se indispensáveis, com o intuito de melhor compreender as profundas raízes da natureza deste sistema minuciosamente arquitetado.

Diante desta necessidade de aproximações e distanciamentos na escala temporal, a abordagem de *Chaimite - A Queda do Império Vátua* dividirá o espaço de nossa pesquisa com o contexto que envolve as próprias campanhas militares em África, datadas do final do século XIX, por constituírem o tema central da obra

cinematográfica. Dessa forma, a prisão do régulo Gungunhana nos sertões de África por Mousinho de Albuquerque e seus companheiros de armas, será abordado não apenas enquanto reprodução nas telas dos cinemas, mas também a forma com que este episódio foi interpretado na altura dos acontecimentos, e suas implicações nas políticas coloniais desenvolvidas e postas em prática pela monarquia portuguesa em seus últimos anos de vigência.

Isso nos leva a estrutura analítica que construímos em torno do nosso objeto elencado, para um melhor aprofundamento do seu estudo. Iniciaremos o primeiro capítulo, intitulado “Estado Novo Português: Império Africano e Cinema” com a abordagem da lógica dos usos do passado, sobretudo pela elite política e seus almejados desdobramentos. Destacaremos a forma com que os arsenais teóricos, neste caso, representados pela história e pela memória, podem ser extremamente úteis na construção de uma narrativa legitimadora de governos, principalmente os que se encontram num estado de emergência. O intuito de evocar, logo nas primeiras páginas deste trabalho, as perspectivas de autores consagrados que se debruçaram sobre o tema, tornar-se-á de grande importância para o desenvolvimento dos argumentos que teceremos no decorrer do texto, pois esta iniciativa sinaliza com nitidez para a fundamentação teórica que nos servirá de aporte.

Deste modo, elencaremos as particularidades da inserção do Estado Novo enquanto regime político na sociedade portuguesa, que contou com um sofisticado processo de legitimação e reafirmação, que por mais que fizessem frente aos ideais presentes no regime republicano imediatamente anterior, significou na prática a institucionalização da Ditadura Militar. Assim, os mecanismos utilizados para a realização deste projeto serão destacados, sobretudo aqueles que visaram o estabelecimento de conexões entre o governo com um passado supostamente mítico da história portuguesa, ao passo que atribuía a si mesmo ares de ineditismo.

Assim sendo, nos debruçaremos sobre as estratégias de legitimação elaboradas pelo Estado Novo, que marcaram não apenas sua emergência no cenário nacional, mas também a gestação teórica de que é fruto. Além disso, também será abordado o desenvolvimento destas táticas nos anos seguintes, durante a vigência do regime. Dentre as iniciativas desenvolvidas pelo governo e seus colaboradores, iremos nos ater a construção de um discurso imperial, onde o direito sobre as possessões ultramarinas em África longe de serem questionados, enquadram-se na lógica de manutenção e acirramento do controle metropolitano.

A construção deste discurso imperial e da ideia de um império africano português, com a finalidade de atribuir ao governo contornos grandiosos e legitimidade, diferenciando-o ainda da suposta ineficiente República que ruíra, utilizou-se de muitos meios. Dos tantos campos possíveis e utilizados para as investidas ideológicas do novo regime, no que diz respeito a sua delimitação, destacaremos a atuação legisladora e determinados textos legislativos, por expressarem nitidamente as pretensões salazaristas na arquitetura deste projeto colonial. Tais fontes são essenciais para a constituição deste trabalho, pois além da defesa das aspirações metropolitanas no campo econômico e da construção de um controle mais rígido centrado em Lisboa, revelam ainda o papel reservado a história enquanto ciência na apropriação elaboração de uma imagem imperial pretensamente indissociável do governo.

Analisada a construção e reorganização jurídica deste conjecturado novo império português, direcionaremos nossa abordagem a utilização do cinema enquanto ferramenta do regime. Dessa forma, destacaremos as estratégias de disseminação ideológica empregada através dos principais órgãos do governo, incumbidos desta finalidade: a Agência Geral das Colónias/Ultramar (AGC/AGU) e o Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SPN/SNI). Isso, com o intuito de demonstrar a utilização do cinema pelo Estado Novo numa escala inédita, quando comparado aos regimes anteriores, na promoção de um discurso colonial ufanista e acrítico. Após ressaltar a importância do cinema no seio do Estado Novo, apresentaremos de forma geral nosso objeto central de análise *Chaimite - A Queda do Império Vátua*, de forma a ressaltar sua sinopse, personagens principais e a presença de um discurso colonial caro ao regime.

Antes, porém, de darmos início a análise do filme, reservaremos o segundo capítulo “Os Processos de Mitificação da Figura de Mousinho de Albuquerque” para o estudo dos distintos processos de mitificação elaborados em torno do militar. Esta abordagem se mostrará extremamente útil para uma melhor compreensão da realização obra cinematográfica durante o Estado Novo, ou seja, uma contextualização em longa escala, sobretudo por Mousinho de Albuquerque ocupar um local de destaque na narrativa cinematográfica, nos convém então debruçarmo-nos sobre estes processos.

Diante disto, elencaremos o contexto de disputas internacionais referentes às possessões africanas em que Portugal estava inserido, com ênfase no último quartel do século XIX, período turbulento da história portuguesa marcada pela emergência de um nacionalismo de cunho colonial. Assim, destacaremos a consciente utilização da

trajetória de Mousinho, imediatamente após a prisão de Gungunhana pelos governantes de então, enquanto resposta direta as necessidades de uma nação constantemente questionada no campo da política internacional. Em seguida, abordaremos as características de um processo semelhante, que é levado à superfície pelas mãos do Estado Novo. Pois, observa-se durante o salazarismo, entre suas investidas legitimadoras e enquadradas na lógica dos usos do passado, um forte apelo às conquistas portuguesas realizadas em África e um constante elogio à figura de Mousinho, decorrentes das campanhas militares do final do século XIX, na busca incessante do estabelecimento de laços imaginários.

Por fim, no último capítulo “*Chaimite: Uma Propaganda Colonial no Cinema Português*” avaliaremos o processo de realização do filme. Buscaremos melhor compreender o sentido presente no destaque concedido à figura de Mousinho de Albuquerque no decorrer da narrativa, através da perspectiva analítica dos usos do passado na busca da legitimação e enaltecimento do presente. Em suma, abordaremos a forma com que esta produção especificamente assumiu uma postura cara ao regime, devido ao seu inegável elogio as práticas coloniais, mesmo não constituindo-se enquanto uma iniciativa partida propriamente do governo, revelando a potencial complexidade de sua natureza.

CAPÍTULO 1

1 - ESTADO NOVO PORTUGUÊS: IMPÉRIO AFRICANO E CINEMA

1.1 - Usos do passado

Na década de 1940, um dos maiores pensadores do século XX, o filósofo alemão Walter Benjamin, ao escrever sobre o materialismo histórico em um período marcado pelo autoritarismo nos revela uma lógica interessante ao refletir sobre os usos do passado no presente, pelo que chamou de “dominadores”. Deste modo, é envolto neste contexto que Benjamin afirma “Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores” (BENJAMIN, 1987, p. 225). Segundo Benjamin, esta empatia chaga a tal ponto que, os dominadores da altura se apresentam enquanto herdeiros dos que venceram anteriormente, isto nos mais variados períodos históricos. Utilizam-se desta lógica, não de forma aleatória, despreocupada ou inconsciente, mas com o intuito de beneficiar-se ao ostentarem um legado que podemos chamar de herança imaterial, baseada, sobretudo no estabelecimento de laços e ligações não necessariamente existentes, além é claro, no campo do imaginário.

Para ilustrar tal pensamento o filósofo compõe uma alegoria muito bem engendrada, segundo Benjamin: “Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais” (BENJAMIN, 1987, p. 225). A imagem de Benjamin cria é elucidativa. Nela são representados os dominadores que, independente do momento histórico, ocupam o lugar de destaque reservado aos vencedores. Além disso, são apresentados enquanto os verdadeiros ostentadores dos bens culturais, ou seja, a herança imaterial já aqui referida.

Contemporâneo a Benjamin e seus escritos, o Estado Novo português, forma de governo implantada em Portugal na década anterior, se enraizava em terras lusas ao passo que utilizou-se dessa lógica sutil apresentada pelo filósofo. A organização deste novo regime e seu caráter autoritário, ditatorial e unipartidário, o caracterizam como sendo o reduto perfeito dos vencedores descritos por Benjamin, mais especificamente os vencedores da sociedade portuguesa de então, afinal este é um termo adequado para

adjetivar um grupo de pessoas que, além de se encontrarem em posse do controle da máquina estatal, ditavam as regras de forma naturalizada, numa relação vertical com o restante da sociedade.

Para explorarmos melhor o raciocínio de Benjamin, convém recorrer aos estudos do historiador Josep Fontana, que a sua maneira também abordou os usos do passado enquanto uma ferramenta política. Segundo Fontana:

Desde os começos, nas manifestações mais primárias e elementares, a História tem tido sempre uma função social - geralmente a de legitimar a ordem estabelecida -, ainda que tenha tendido a mascará-la, apresentando-se com a aparência de uma narração objetiva de acontecimentos concretos (FONTANA, 1998, p. 15).

Fontana, ao abordar a legitimação do *status quo* na Antiguidade revela um raciocínio muito próximo ao de Benjamin. Contudo, ao passo que Benjamin reconhece por parte dos vencedores a necessidade de apropriação e ostentação de bens culturais, ou seja, elementos da memória coletiva, Fontana por sua vez é mais específico e atribui a história esta função social. Percebemos que a história na perspectiva de Fontana, por ser considerada também um elemento coletivo, faz as vezes e se enquadra enquanto um bem cultural descrito por Benjamin.

Assim, ao enquadrarmos a história na alegoria de Benjamin, ela ocupa um lugar proeminente e de destaque, pois enquanto um bem cultural, mais necessariamente um despojo em meio a este cortejo triunfal, também estaria sendo ostentada. Dessa forma, as reflexões de Fontana, nos fazem refletir sobre uma característica extremamente peculiar da história: sua maleabilidade e volubilidade diante dos interesses dos donos do poder, podendo ser falseada ou mascarada, para utilizarmos expressões do próprio Fontana. Tudo isso de forma sutil, pois como já destacado anteriormente, para a conservação do *status quo* e estratificação social, a história por vezes é apresentada “com a aparência de uma narração objetiva de acontecimentos concretos” (FONTANA, 1998, p. 15).

Partindo destas reflexões, outra questão surge: assim como a história, a memória também se enquadra na definição de bem cultural apresentada na alegoria elaborada por Walter Benjamin. Contudo, por mais que história e memória se enquadrem nesta definição, há inegáveis diferenças estruturais entre elas. O historiador Pierre Nora ao abordar a problemática dos lugares de memória, nos apresenta as diferenças norteadoras entre os termos, de acordo com a sua percepção.

Memoria, historia: lejos de ser sinónimos, tomamos conciencia de que todo los opone. La memoria es la vida, siempre encarnada por grupos vivientes y, en ese sentido, está en evolución permanente, abierta a la dialéctica del recuerdo y de la amnesia, inconsciente de sus deformaciones sucesivas, vulnerable a todas las utilizaciones y manipulaciones, capaz de largas latencias y repentinas revitalizaciones. La historia es la reconstrucción siempre problemática e incompleta de lo que ya no es. La memoria es un fenómeno siempre actual, un lazo vivido en el presente eterno; la historia, una representación del pasado (NORA, 2008, p. 20-21).

Por mais que haja diferenças acentuadas entre memória e história, o que convém ressaltar em nossa análise é a forma com que estes arsenais conceituais foram utilizados pelos detentores do poder, especificamente no contexto que nos propomos a pesquisar. Compreendemos a existência de diferenças proeminentes entre os conceitos apresentados por Nora, contudo, esta distinção não caracterizou uma preocupação latente por parte do Estado português, pelo contrário, a miscelânea entre os conceitos, com o objetivo de ressaltar um pretense passado mítico e glorioso de sua história nacional, foi utilizada sem as ressalvas de uma abordagem crítica.

Além disso, as abordagens de Benjamin e Fontana longe de se oporem, se complementam e se entrelaçam. Deste modo, não nos limitaremos a um campo ou conceito específico. Memória ou história, analisaremos a forma com que o Estado Novo utilizou-se destes conceitos sem distinção clara e objetiva, na elaboração da propaganda oficial e de legitimação do regime.

1.2 - A consolidação do Império Africano

O Estado Novo português, regime político que a partir da década de 1930 é indissociável da figura de António de Oliveira Salazar, pois, nas palavras do historiador Fernando Catroga “teve em Salazar o seu principal artífice” (CATROGA, 2011, p. 110), constituiu um regime que, longe de ser instaurado as pressas ou no calor dos acontecimentos, foi inserido de uma forma totalmente premeditada na sociedade portuguesa. Por mais que oficialmente o Estado Novo tenha sido instituído com a promulgação da Constituição de 1933, na prática ela significou à institucionalização da Ditadura Militar de 1926, ou seja, um golpe conservador contra a primeira República lusitana e seus ideais vistos enquanto liberais em excesso.

Sendo assim, a implantação do Estado Novo enquanto regime foi fruto de uma longa gestação de ideias e projetos inerentes de determinado grupo advindo da elite política pertencente à Ditadura Militar, largamente influenciada pelos anseios apresentados por frentes de interesses econômicos organizados. Todavia, equivocadamente seria afirmar que entre a imposição da Ditadura e o surgimento do Estado Novo não houve um grande embate de ideias. Contudo, sua inserção tal qual ocorreu, além de significar a vitória de um projeto político específico, no entanto advindo do mesmo meio, contou também com o amplo amparo proporcionado pelo controle do Estado que o regime anterior já gozava. Deste modo, foi diante deste contexto que “Contrariando estas ideias, Salazar empenhou-se em mostrar que a Ditadura Militar, após as hesitações iniciais, passou a agir como força constituinte de uma realidade política nova, de um “Estado Novo”” (CATROGA, 2011, p. 126).

A vitória deste projeto político inerente do seio da própria Ditadura, na prática, frontalmente vai de encontro à ideia de Estado de exceção de caráter transitório, já que o institucionaliza na forma da Constituição de 1933. Assim sendo, de acordo com Salazar e os idealizadores do regime que visavam perpetua-lo:

[...] não poderia haver um hiato entre a Ditadura Militar e a Constituição, como aconteceria caso esta fosse elaborada por uma Assembleia Constituinte, eleita a partir do indivíduo cidadão. Dito de outro modo: se muitas ditaduras provisórias assumiram que a constitucionalização que se lhe seguia significava a sua “morte”, na do Estado Novo pretendia-se constitucionalizar a própria ditadura, metamorfoseada em Estado autoritário (CATROGA, 2011, p. 127).

Assim, entende-se o Estado Novo enquanto uma tentativa de perpetuação da Ditadura que obteve êxito. Apoiado num emaranhado legislativo construído por si e de maneira autoritária, essa forma de governo apresenta-se como sendo não apenas uma novidade benéfica na sociedade portuguesa, mas uma evolução de caráter positivo e progressista do regime autoritário anterior, que visava manter, dando-lhe continuidade.

Dessa forma, há de se ressaltar a maneira com que o Estado Novo se apresenta para os portugueses e para o resto do mundo. Uma elaboração ideológica sutil, que lhe atribuía ares de ineditismo, construída de forma a atender as necessidades de uma forma de governo emergente, mas que, no entanto, possuía firmes raízes autoritárias lançadas e executadas ainda no período da Ditadura Militar.

Mesmo não representando uma novidade na prática, a este novo regime conveio, como é de costume em situações similares e de nascimento de um novo projeto político, apelar para estratégias de legitimação. Foi imbuído por esta necessidade de se firmar enquanto instituição, que o Estado Novo realizou investidas, sobretudo no campo ideológico. No entanto, destaca-se que estas iniciativas, cuja finalidade era a de legitimar o novo sistema vigente, apresentam um caráter contraditório, pois por mais que o objetivo central inerente de certa camada da elite política portuguesa fosse o de apresentar o Estado Novo como sendo uma inovação associada ao progresso, à construção ideológica deste sistema contou mais com a permanência de determinados aspectos político-administrativos do que com suas rupturas.

É neste contexto de reafirmação que as políticas coloniais referentes às possessões portuguesas em África estão inseridas. Dessa forma, na primeira fase do Estado Novo, período que antecede ao fim da Segunda Guerra Mundial, o teor central das relações coloniais de Portugal, longe de ser questionado ou rompido pelo novo regime, é de modo geral mantido. No entanto, contando com modificações em suas ramificações que significavam o agravamento do controle metropolitano sobre os mais diversos pontos do território africano sob o jugo português, o que na perspectiva do novo regime, significava não mais do que seu aprimoramento.

O historiador Valentim Alexandre identifica dois temas ideológicos centrais que, segundo ele, serviram de sustento para o projeto colonial português em África como um todo (ALEXANDRE, 1995, p. 40). O primeiro deles é o “mito do Eldorado”, segundo Alexandre, este tema ideológico tem sua gênese ainda em torno da década de 1830. As publicações associadas a esta temática dominaram o ambiente liberal de então, surgindo como uma alternativa a recente perda do Brasil, devido sua independência política e tendo por base “[...] a crença inabalável na riqueza das colónias de África, na sua extrema fertilidade, nos tesouros das suas minas por explorar” (ALEXANDRE, 1995, p. 40).

O segundo tema destacado pelo autor é o “mito da herança sagrada”, que associa a conservação dos territórios ultramarinos à grandeza de Portugal enquanto nação. De acordo com esta perspectiva, a conservação das colônias é equivalente à conservação de parte da história do país. Outra característica interessante desta perspectiva destacada por Alexandre, diz respeito às características específicas de determinados momentos onde é perceptível a sua emergência.

[...] o tema vem à superfície sempre que se configuram casos de perigo e de eminência de perda, real ou suposta, de qualquer das possessões ou de zonas sobre que se reivindique a soberania portuguesa contribuindo para afastar a tentação de abandono, não só da via colonial em si, mas também de cada um dos territórios em particular, por mais difícil que se afigurasse a sua exploração e conservação. (ALEXANDRE, 1995, p. 40-41).

Todo este aparato ideológico surgido em Portugal ainda na primeira metade do século XIX, mesmo que não posto em prática efetivamente até as campanhas de ocupação militar da década de 1890, foi útil aos diferentes processos de colonização e exploração em África, encabeçado pelos distintos governos e regimes políticos lusitanos. Dessa forma, não apenas durante o século XIX, mas também durante boa parte do século XX, ao ser incorporado pela República, Ditadura Militar, e também pela sua nova face representada pelo Estado Novo. O historiador Luís Reis Torgal, um dos maiores pesquisadores contemporâneos acerca do Estado Novo, ao abordar o conceito de nação no salazarismo afirma “este aspecto do conceito de Nação não diferia muito do conceito republicano, pois em ambos os casos havia uma ideia de «Império»” (TORRAL, 2009, p. 469), ou seja, um Império majoritariamente constituído por possessões em território africano.

Assim, com base nestes permanentes emaranhados conceituais e ideológicos, onde colonização e nacionalismo se confundem, o governo de Salazar decide por dar continuidade prática a esta perspectiva imperial. Deste modo, o Estado Novo se apresenta enquanto uma novidade em relação à República, não há dúvidas, além disso, uma forma de mascarar os aspectos reprováveis da Ditadura, no entanto, no que diz respeito às políticas coloniais referentes às possessões africanas herdadas dos regimes imediatamente anteriores, esta nova forma de governo se atribui contornos não apenas extremamente conservadores, mas também ardis.

Sendo assim, esta permanência não significa em hipótese alguma uma falta de atenção dispensada às políticas coloniais por parte do novo regime. Muito pelo contrário, como já destacado anteriormente, além de sua permanência, identifica-se também o seu aprimoramento e sofisticação. O Império era uma realidade, salvo todas suas fragilidades e especificidades, no entanto, sua renúncia não chegou ao menos ser encorajada. O historiador Luís Reis Torgal, afirma que embora o conceito de Império não seja uma exclusividade salazarista, é durante a vigência da Ditadura e do Estado Novo enquanto seu desdobramento natural, que este conceito é amplamente divulgado e oficializado (TORRAL, 2009, p. 472). Coube assim, ao novo sistema de governo

legislar arbitrariamente, elegendo conceitos e delegando-lhes lugar de destaque em proveito próprio.

Toda esta atenção dispensada à questão imperial por parte do Estado Novo deve ser entendida também enquanto uma reafirmação direta as políticas coloniais franqueadas pela administração republicana. O historiador Valentim Alexandre destaca que mesmo após serem fixadas oficialmente as fronteiras do Império no final do século XIX, ameaças externas, como nomeadamente os acordos anglo-alemães de 1898 e 1912-1913 que visavam à partilha das possessões africanas portuguesas, especificamente os territórios de Angola e Moçambique, estavam presentes no campo das políticas internacionais (ALEXANDRE, 1993, p. 1118).

Somadas a estas ameaças e o clima de insegurança inerente a elas, o agravamento da economia colonial da década de 1920 ajudaram a compor um cenário que, senão foi o responsável direto pela queda da República ajudou a estigmatizá-la como sendo um governo ineficiente, sobretudo no que diz respeito à manutenção do Império ultramarino. Logo, pode-se dizer que um discurso imperial eloquente e modificações nas relações coloniais serão bandeiras defendidas pelo Estado Novo, ao ponto de tornarem-se indissociáveis desta forma de governo.

Diante disto, numa estratégia de reafirmação antagônica, o regime autoritário que se instala com o colapso da República, investe fervorosamente no debate e nas políticas coloniais. Da legislação deste período, podemos destacar o Acto Colonial enquanto um marco da atuação do Estado Novo na construção de um Império concreto e real, mas também do seu imaginário, com base em todo o aparato ideológico que também ajudou a compô-lo. Publicado inicialmente em 1930 sob a forma de Decreto¹, tendo António de Oliveira Salazar, então ministro interino das colónias, como sendo seu principal artífice e sendo ainda incorporado a Constituição de 1933 através da Carta Orgânica do Império Colonial Português,² assim o Acto Colonial lança as bases jurídicas que irão sustentar a retórica imperial do salazarismo.

No estabelecimento desta retórica imperial por meio do Acto Colonial, identificam-se dois fatores essenciais na realização e concretização deste projeto: as medidas políticas e econômicas de característica centralizadora e a institucionalização do debate acerca da pretensa composição imperial da nação portuguesa, presentes em

¹ BNP - Decreto nº 18:570. **Diário do Governo**. Lisboa, p. 1307-1312. 03/07/1930.

² BNP - Carta Orgânica do Império Colonial Português. **Diário do Governo**. Lisboa, p. 1892-1915. 15/11/1933.

seu texto. A legislação que compõe o Acto Colonial, na perspectiva dos seus elaboradores, tinha o objetivo de “[...] corrigir excessos ou defeitos salientes do regime anterior”,³ significou na prática um arroxio, uma verdadeira modificação estrutural das relações coloniais do período republicano.

Em contrapartida a legislação do período republicano, as medidas tomadas pelo Estado Novo destacam-se pelo excesso de preocupação no que diz respeito à centralização do poder de mando em Lisboa, pois ainda durante a Ditadura uma série de decisões foi tomada neste sentido. Dentre tais medidas, destaca-se a revogação do regime dos altos comissários (TORGAL, 2009, p. 473). Em consonância com este raciocínio centralizador, o Acto Colonial reafirma e institucionaliza a supressão dos altos comissários e as suas substituições por governadores, com autonomia extremamente limitada e diretamente subordinados a administração metropolitana.

Cabe destacar que além da reorganização administrativa imposta pelo Acto, há também uma reestruturação das políticas econômicas, pois seu texto ainda estabelece os princípios de equilíbrio orçamental e autofinanciamento, ou seja, os gastos públicos destinados aos territórios ultramarinos, independente de sua natureza, não poderiam ultrapassar a cifra de contribuição do mesmo território para com a metrópole (SEABRA, 2011, p. 37).

Outro aspecto deste documento emblemático é institucionalização de uma suposta carecterística peculiar, inerente do povo e da nação portuguesa, a de terem uma propensão natural, uma inclinação a estabelecerem relações coloniais. No Artigo 2º é estabelecido que:

É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nêles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.⁴

A defesa desta natureza particular da nação portuguesa, todavia é utilizada enquanto base retórica para o estabelecimento formal e jurídico deste Império Colonial que estava sendo proposto pelo regime. Assim, no Artigo 3º institui-se: “Os dimínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constuem o Império Colonial

³ BNP - Decreto nº 18:570. **Diário do Govêrno**. Lisboa, 1930, p. 1309. 08/07/1930.

⁴ Idem.

Português”.⁵ Destaca-se, desta forma, a necessidade sobresaliente do Estado Novo em reafirmar-se enquanto um Império, uma nação grandiosa.

Contudo, no que diz respeito a retórica imperial e defesa do Império Colonial Português, o Acto pode divergir em determinados pontos, de abordagens defendidas pela Ditadura Militar no que tange as suas formas de aplicabilidade, no entanto, de forma alguma há dissensões em relação ao seu sentido mais amplo, ou seja, o aprimoramento das relações coloniais e o estabelecimento de um Império. Assim sendo, suas ideias e conceitos entrelaçam-se. O Acto Colonial assim, significa sem dúvida a vitória de um projeto específico, de uma determinada abordagem da questão colonial, pois em seu texto determinados aspectos defendidos durante o período da Ditadura Militar permanecem, ao passo que outros são suprimidos e aprimorados.

Além do reavivamento do conceito de Império, supostamente intrínseco à nação portuguesa, o Estado Novo elege a Educação como sendo um dos meios difusores deste aparato ideológico imperial. Ainda em 15 de abril de 1932 a Ditadura fez publicar um Decreto⁶ que legislava sobretudo acerca do conteúdo dos livros didáticos e a postura que os historiadores nacionais deveriam assumir. Este Decreto é de suma importância para compreender-se a perspectiva ideológica estadonovista, pois além de arrazoar sobre as feições que os livros didáticos deveriam adquirir e revelar as espectivas do governo para com o papel do historiador, nos mostra o local que este governo reservou a história enquanto ciência.

Ao elencar este texto legislativo específico enquanto um exemplo de apropriação do passado por distintos governos, a historiadora Maria Sobral Neto, num raciocínio paralelo aos raciocínios de Fontana e Nora já apresentados anteriormente, afirma: “A História, ao longo do tempo, esteve enredada em vários contextos nas malhas dos poderes que procuram no passado a legitimação, ou a derivação, mais eficaz para os seus interesses do presente” (SOBRAL NETO, 2013, p. 83). Assim, este Decreto enquadra-se apropriadamente na lógica da construção e reafirmação da retórica imperial.

De acordo com seus idealizadores, “A Ditadura Nacional, inspirada em princípios opostos aos que, até o seu advento, determinaram os governantes, entende que ao Estado compete fixar as normas a que deve obedecer o ensino de História”⁷. Isto, porque, ainda na perspectiva de seus idealizares:

⁵ Idem.

⁶ BNP - Decreto nº 21:103. **Diário do Governo**. Lisboa, p. 625. 15/04/1932.

⁷ Idem.

Até o presente, mercê de circunstâncias conhecidas, o ensino da História de Portugal tem sido negativista e derrotista. Péssima foi a semente que lançou no espírito da nossa mocidade escolar a obra histórica de alguns historiadores escritores, mais artistas e filósofos do que críticos e historiadores, nada mais fazendo que desgostar os portugueses de serem portugueses.⁸

Dessa forma, o governo atribui aos livros à função de “formar os espíritos [...] ainda naturalmente vibráveis” e a história de Portugal a obrigação de “formar portugueses; por isso a sua acção tem de ser eminentemente nacionalizadora”. O embasamento de tais argumentos encontra-se no reconhecimento da necessidade de haver criticidade no exercício do historiador e na arte de lecionar, contudo, esta criticidade, segundo o governo que a estabelece, deveria ser claramente enaltecadora: “Na falta de um juiz infalível dessas atitudes que são meramente subjectivas, o Estado, sem se arrogar a posse exclusiva duma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional – [...] a verdade que convém à Nação”.⁹

Imbuidos em enaltecer exarcebadamente a própria história, ainda neste mesmo Decreto, é estabelecido o teor do conteúdo que os livros didáticos deveriam trazer: “Tudo nêles deve contribuir para que os estudantes aprendam nas suas páginas a sentir que Portugal é a mais bela, a mais nobre e a mais valiosa das Pátrias, que os portugueses não podem ter outro sentimento que não seja o de Portugal acima de tudo”.¹⁰

Tal utilização da história enquanto uma ferramenta política, revela a essência da lógica sutil da disseminação ideológica do salazarismo que, não revogou este Decreto, pelo contrário, por estar em sintonia com esta abordagem do período ditatorial, o exerceu amplamente. A sutileza, no entanto, consiste não apenas em utilizar-se da história e da memória enquanto bens culturais apresentados na alegoria de Benjamin, o Estado Novo investe nestes elementos com a finalidade de enaltecer a história pátria, contudo não se limita a isto. Pode-se afirmar que o objetivo central desta estratégia foi o de fomentar relações indissociáveis entre um suposto Portugal imperial, grandioso e de bases memoráveis, com o regime em emergência, na tentativa de condensar parte considerável de uma mítica história colonial portuguesa remota, num regime que pretendia-se apresentar enquanto uma verdadeira novidade política.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

1.3 - O Cinema enquanto ferramenta do regime

Após reavivar e institucionalizar a ideia de Império, o Estado Novo naturalmente debruçou-se sobre sua disseminação, cujo objetivo central era evidentemente o de autopromoção, o que não limitava-se a defesa da ideia imperial, mas procurava destacar as supostas benesses inerentes desta forma de governo, investindo não apenas na Educação enquanto um canal de propagação de suas ideologias. É dessa forma que surge a abordagem do cinema enquanto ferramenta do regime, lado a lado com as estratégias já aqui explanadas.

Com a finalidade de melhor situar o local que o cinema ocupou no seio do Estado Novo, bem como o reconhecimento da importância dada as estas manifestações artísticas por ele, no que diz respeito a propagação de discursos, elegeremos instituições criadas e geridas pelo governo português da altura, para analisarmos a natureza de suas relações com as produções cinematográficas. A estratégia de criar e gerir tais instituições pode ser tomada como sendo de suma importância para a sobrevivência do regime, devido seu autoritarismo característico.

[...] há que considerar que, para além da repressão, foi mais importante para a formação e para a sustentabilidade do Estado Novo, como para todos os estados autoritários e totalitários, de partido único ou com partido único, a reprodução ideológica. Ela fazia-se através de instituições que se foram criando (TORGAL, 2009, p. 198).

No que diz respeito a propaganda ideológica salazarista e imperial, duas são as instituições que juntas, agruparam em si o núcleo duro desta função de divulgação das políticas coloniais, tendo suas funções perdurado ao longo de praticamente toda a vigência do regime. Sendo elas: a Agência Geral das Colónias/Ultramar (AGC/AGU) e o Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SPN/SNI).

Criada em 1924 durante o período republicano, a Agência Geral das Colónias, que posteriormente teve seu nome modificado para Agência Geral do Ultramar em 1951 e foi reestruturada em 1932 para atender os anseios do novo regime político.¹¹ Desde sua criação, o objetivo deste aparelho governamental era o de promover o acesso de um amplo público português aos debates e políticas de colonização propostos pelo governo

¹¹ A reestruturação da Agência Geral das Colónias aos moldes que foram amplamente utilizados pelo Estado Novo dá-se por meio do Decreto 21.011 de 14 de março de 1932.

através de sua abordagem particular. A princípio, pode-se afirmar que, o permeou a criação desta instituição foi à intenção de acompanhar o ritmo acelerado das demais potências coloniais em suas empreitadas em África, mas é durante o Estado Novo que torna-se perceptível uma instrumentalização ainda mais intrincada deste aparelho, sendo uma de suas finalidades, nesta altura, a disseminação das políticas financeiras extremamente rígidas impostas por Salazar e os seus, ao alinhar seu escopo a esta abordagem.

Dessa forma, destaca-se que a Agência Geral foi incumbida de realizar um verdadeiro intercâmbio monumental de informações, no intuito de mostrar a população portuguesa as medidas tomadas e os avanços conquistados nas mais variadas localidades de suas possessões, reafirmando assim, a ideia de reestruturação e reorganização de um vasto Império. De tal modo, para manter a metrópole abastecida com suas publicações, uma série de informações era coletada junto aos governos locais, boletins oficiais e periódicos, além disso, também era ampla a circulação de notícias sobre as políticas de exploração adotadas pelas demais nações coloniais, bem como os reflexos destas medidas em suas respectivas possessões africanas (GARCIA, 2016, p. 347).

No entanto, destaca-se ainda que a Agência Geral não limitou-se a reprodução de textos de notícias em sua ode a exaltação do império colonial, representada por sua gama de diferentes produções literárias, organização de concursos, entre outros. Além de realizar grandiosas feiras e exposições coloniais, há de salientar ainda a sutil “utilização de fotografias, filmes e documentários cinematográficos para a divulgação da ideia de Império, devendo para o facto constituir-se uma cinemateca que recolhesse o material audiovisual” (GARCIA, 2016, p. 347), ou seja, a elevação do cinema a categoria de instrumento propagandístico.

No que diz respeito à atenção empregada pela Agência Geral às produções cinematográficas, números de sua atuação na década de 1930 nos ajudam a perceber o teor desta relação. O historiador José Luís Lima Garcia destaca que, apenas entre os anos de 1933 e 1937, foram publicados 750.000 exemplares de 358 edições sob os auspícios da Agência (GARCIA, 2016, p. 352-353). No que tange as produções cinematográficas propriamente ditas, os números também revelam a atenção empregada nesta área:

[...] bastaria recordar que até 1932 apenas existia na Agência Geral das Colónias um filme, e que passados alguns meses possuía já quarenta, dos quais apenas sete tinham sido comprados e os outros compartilhados por entidades como o Governo-Geral de Moçambique, o comissariado da Exposição de Paris e os serviços fotográficos do Exército. Efectuaram-se simultaneamente várias sessões promocionais em Lisboa (*Voz do Operário, Casino do Estoril e Cinema Condes*) (GARCIA, 2016, p. 351) (Grifos do autor).

Há ainda que se destacar que, antes mesmo da formalização do Estado Novo através da Constituição de 1933, os artífices deste regime ainda no contexto da Ditadura, utilizaram das produções cinematográficas enquanto forma de promoção do discurso colonial. Assim, por meio da Agência Geral, Portugal é representado nas exposições coloniais europeias, nomeadamente a Exposição Ibero-Americana de Sevilha (1929), a Exposição Internacional e Colonial de Antuérpia (1930) e a Exposição Colonial de Paris (1931) (PIÇARRA, 2016, p. 46-47).

Exemplo da atenção concedida ao cinema enquanto ferramenta de disseminação ideológica em consonância com a emergência do Estado Novo, destaca-se o artigo intitulado *Cinema* de autoria de Viana Còsta, publicado no número extraordinário do Diário da Manhã dedicado a Exposição Colonial do Porto de 1934. Neste texto, além de tecer um amplo elogio a capacidade didática do cinema quando relacionado a práticas de ensino que, segundo o autor, já estavam sendo levados a cabo por outros países, nomeadamente Alemanha, Rússia, França e Estados Unidos da América, o autor destaca a necessidade de Portugal enquanto “terceira potência colonial” em utilizar-se do cinema na difusão da propaganda colonial. O autor indaga ainda “Temos, porventura, algum filme que foque a nossa acção colonizadora? Na lata acepção da palavra supomos que não” e em seguida conclui com o que, em sua opinião seria aconselhável à nação portuguesa “[...] é, neste momento, salvo melhor opinião, em que assenta, verdadeiramente, a função do Cinema, como agente de Propaganda Colonial”.¹²

Por sua vez, as estratégias do Secretariado de Propaganda Nacional que visaram estabelecer sólida relação entre cinema e propaganda, são tão eficientes quanto as estabelecidas pela Agência Geral, ou podem ser ainda consideradas mais sofisticadas. Criado através do Decreto-Lei 23:054 de 25 de setembro de 1933 e tendo em 1944 seu nome modificado para Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e

¹² BML - CÒSTA, Viana. Cinema. **Diário da Manhã - Número extraordinário para a Exposição Colonial do Porto**. Luanda, p. 98-99. 15/08/1934.

Turismo, esta instituição foi a principal responsável pela difusão da legislação salazarista que tinha o cinema enquanto foco.

O Secretariado, elaborado não para ser um Ministério, mas para atuar junto da Presidência do Conselho, tinha por objetivo, como destacado em sua própria nomenclatura, ser responsável pelo exercício da propaganda do regime, tanto no âmbito interno quanto externo. A legislação que o cria, estabelece ainda que compete ao Secretariado mediar às relações entre a imprensa e os diferentes poderes do Estado, e ainda que, deveria utilizar-se largamente de meios de comunicação como rádio e cinema, além do teatro, por serem considerados “meios indispensáveis à sua acção” (TORGAL, 2009, p. 199-200). Assim, o SPN/SNI foi o principal palco de promoção da do conjunto de ideias elaboradas por António Ferro, diretor de maior relevo do Secretariado, que ficaram conhecidas por Política do Espírito. Este arsenal ideológico criado por António Ferro revestia-se da responsabilidade de defesa da moral do povo português e ainda divulgar um suposto espírito de unidade nacional, e considerado nesta perspectiva como sendo algo indissociável do regime (PAULO, 1994, p. 73).

Além disso, outro dado importante sobre a atuação do Secretariado refere-se à obrigação das demais repartições administrativas em conferir toda e qualquer informação solicitada por esta instituição (TORGAL, 2009, p. 200). Sendo assim, diante deste quadro representado pelas principais funções que o Secretariado deveria assumir, o historiador Luís Reis Torgal, afirma que “o certo é que se procurava dar um sentido «nacional» a toda a cultura, entendendo por «nacional» o que era a ideologia do Estado Novo” (TORGAL, 2009, p. 200). Já no que diz respeito ao envolvimento direto entre o Secretariado e as produções cinematográficas, a historiadora Patrícia Vieira afirma:

O cinema fará parte do esforço do SPN/SNI para promover a aceitação do estatuto de Portugal como país colonizador empenhado em civilizar e evangelizar os povos sob seu domínio, promovendo o progresso espiritual e material das regiões colonizadas (VIEIRA, 2011, p. 160).

Assim sendo, a partir da atuação de ambas instituições é possível fazer um mapeamento do local que o cinema ocupava dentro do regime, ou ainda, o local que deveria ocupar de acordo com a perspectiva salazarista. Dessa forma, de acordo com as medidas legislativas e administrativas implementadas, que nitidamente alcançaram a produção cinematográfica, pode-se afirmar que o Estado Novo viu-se imbuído do projeto de consolidação de um Império, sobretudo africano, isso antes mesmo de sua

oficialização, que teve lugar com a outorgação da Constituição de 1933. Esta concepção política que data ainda do primeiro quartel do século XIX, ganha novo impulso no período final da Monarquia Constitucional, é incorporada pela breve experiência republicana do início do século XX, mas que decididamente ganha contornos sólidos apenas com o advento do salazarismo, que se propõe a ser seu bastião.

Destaca-se ainda que as estratégias de consolidação desta concepção imperial específica, inerente a este governo, não limitaram-se apenas a confecção de uma legislação rígida e autoritária no que diz respeito as finanças e as novas formas que a administração estatal deveria assumir. Devido ao fato de propor-se a representar uma nova forma de governo, ao Estado Novo foi conveniente vincular-se a ideia de grandeza indissociável ao conceito de Império, ao passo que delegava e reconhecia na nação portuguesa, por meio de uma retórica específica, a responsabilidade de voltar a encabeçar sua suposta missão histórica, ou seja, uma missão civilizadora. Assim, em sintonia com os ideais do governo, foram tomadas medidas veementes no que tange a imediata difusão deste conjunto de ideias, que tiveram a educação e o cinema como sendo os seus principais meios propagandísticos.

De tal modo, ressalta-se que durante toda a vigência de mais de quatro décadas deste regime autoritário, às produções cinematográficas foram dispensadas uma atenção demasiadamente cuidadosa, e mantidas sob as rédias curtas da censura. Assim, naturalmente compreende-se que, o conjunto artístico composto por estas realizações, se não possuem um discurso explícito de louvor ao regime, ao menos não entram em conflito com os seus ideais por meio de suas narrativas, pois devido aos numerosos e eficientes excessos cometidos pela censura, a confecção de uma crítica, mesmo que sutil, tornava-se praticamente inviável.

1.4 - O objeto de análise

Todavia, ao abordarmos o nosso objeto de análise, não queremos reafirmar visões esquemáticas e simplistas que geralmente encontram-se lado a lado com as generalizações. Assim, por meio de nossa crítica, buscaremos compreender o objeto de análise enquanto uma obra de arte que, por ter sido produzida sob o olhar atento da censura salazarista pode certamente revelar aspectos sintomáticos de seu contexto, mas que, no entanto, não será uma abordagem reducionista, por dar ênfase ao seu conjunto de particularidades.

Diante deste quadro representado pela propaganda e pelo cinema português durante o salazarismo, elegemos enquanto objeto de análise um filme em particular: *Chaimite - A Queda do Império Vátua*, com o intuito de averiguar a possível difusão do discurso imperial africano no interior desta manifestação artística especificamente. Este filme estreado em abril de 1953 é um dos tantos trabalhos de Jorge Brum do Canto, cineasta português que, além de ter sido seu realizador (diretor), também desempenhou várias outras funções nesta mesma obra. Elaborou o argumento e os diálogos, foi responsável pela planificação, montagem e interpretou ainda Paiva Couceiro, um dos personagens centrais da trama (SEABRA, 1993, p. 93).

Produzido pela Cinal (Cinematografia Nacional Limitada) e subsidiado pelo FCN (Fundo do Cinema Nacional), este filme se dispôs a narrar uma história de amor que tem por cenário a província de Moçambique entre os anos de 1894 e 1895, ou seja, período marcado pelas campanhas de ocupação militar do território africano. Em *Azuis Ultramarinos* a historiadora Maria do Carmo Piçarra destaca o enredo com o qual a obra foi apresentada:

Em 1894 os landins atacam Lourenço Marques, mas são repelidos. No entanto muitos colonos fogem para a cidade, entre eles está Maria, que encontra abrigo no café de Daniel, que se apaixona pela jovem sem saber que ela está comprometida com João Vacário. Pouco depois começam a chegar as primeiras tropas que se envolvem em várias batalhas. Entretanto chega Mouzinho de Albuquerque acompanhado por João Vacário. As batalhas sucedem-se até que em *Chaimite*, Mouzinho consegue capturar Gungunhana. Por sua vez Maria aceita casar com Daniel. A presença militar portuguesa confirma-se quando Mouzinho consegue derrotar Maguiguama, o principal chefe de guerra de Gungunhana (PIÇARRA, 2015, p. 102-103).

As campanhas militares de ocupação de 1895, no entanto, não simplesmente constituem o cenário desta história amorosa. O que salta aos olhos é exatamente esta inversão, pois as empreitadas militares realizadas em Moçambique neste contexto é que assumem lugar de destaque na trama. As principais investidas dos portugueses contra os nativos revoltados são amplamente exploradas nesta obra cinematográfica, cujo desfecho se realiza com a prisão do régulo africano Gungunhana, pelas mãos do militar português Mousinho de Albuquerque, que pode ser tomado como seu personagem principal.

Além disso, este filme também contou com o apoio direto do exército português em sua realização, principalmente no que diz respeito à pesquisa histórica, tendo

colaborado em sua realização enquanto conselheiro histórico e militar o major Vassalo Pandayo. A íntima relação do exército português com o desenvolvimento desta obra rendeu inclusive uma homenagem que, ainda nos primeiros minutos do filme, surge na forma de uma rebuscada mensagem de agradecimento: “Ao Exército Português, sem cuja colaboração êste filme não teria sido possível”.¹³

Dessa forma, pode-se afirmar que o apoio direto do Exército português, além do envolvimento direto de outros órgãos do regime incumbidos desta finalidade, é uma das tantas responsáveis pelo fato de que em diversos pontos sua narrativa assumir um verdadeiro caráter didático e repleto de ideologias que permearam sua construção, baseadas, sobretudo na perspectiva de uma versão oficial sobre os fatos. Versão esta, sustentada pelo exército e altamente difundida em escala nacional, Mousinho de Albuquerque é tido como um verdadeiro herói de valentia inquestionável das mui comemoradas conquistas em África.

Figura 1 - Cartaz do filme *Chaimite - A Queda do Império Vátua*.



Fonte: Cartaz do filme *Chaimite*, 1953. Acervo da Cinemateca Portuguesa.

¹³ ACP - Lista de Diálogos - *Chaimite - A Queda do Império Vátua* de Jorge Brum do Canto, 1953, p. 3.

Isto lhe garante um local de destaque no desenvolvimento do enredo, e o cartaz de divulgação do filme é prova disso: nele, zagaia e rodella¹⁴ sobrepostas, que simbolizam as investidas dos portugueses contra os nativos revoltados, figuram lado a lado com dois corações no mesmo estado, prenúncio de que nesta obra as campanhas que resultaram na prisão de Gungunhana receberiam igual ou maior atenção que a história de amor. Além disso, a representação de Mousinho, interpretado pelo ator Jacinto Ramos figura em lugar de destaque no anúncio, acima da reprodução das demais personagens.

Portanto, convém-nos analisar, para utilizarmos a alegoria de Benjamin, a composição específica de um dos despojos carregado pelo Estado Novo durante seu longo cortejo, ou seja, sua vigência que durou mais de quatro décadas: a construção do mito colonial em torno da trajetória de Mousinho de Albuquerque em África no final do século XIX. Além disso, também iremos nos ater a forma com que o Estado Novo apropriou-se desta imagem, elevando-a a categoria de bem cultural, bem como a utilizou em seu proveito. Dessa forma, conseguiremos situar o objeto central de análise da nossa pesquisa, a realização de *Chaimite - A Queda do Império Vátua* por Jorge Brum do Canto durante a vigência deste regime. Obra onde Mousinho de Albuquerque tem inegável lugar de destaque.

¹⁴ Zagaia e rodella, armas utilizadas pelos guerreiros vátuas, equivalentes, respectivamente a lanças e escudos.

CAPÍTULO 2

2 - OS PROCESSOS DE MITIFICAÇÃO DE MOUSINHO DE ALBUQUERQUE

Antes, porém, de nos debruçarmos sobre nosso objeto central de análise, ou seja, a produção e divulgação da obra cinematográfica de Jorge Brum do Canto, o filme *Chaimite - A Queda do Império Vátua*, faz-se necessário uma contextualização histórica. Assim, como já afirmado anteriormente, este filme pretende retratar as campanhas de ocupação militar das forças portuguesas realizadas em Moçambique no final do século XIX. Dessa forma, mais uma vez Mousinho de Albuquerque, militar português envolvido nestas campanhas, surge como sendo o protagonista de tais conquistas, um verdadeiro herói nacional. A novidade consiste no fato de que a exaltação desta figura pública, ganha também às telas dos cinemas.

Todavia, a caracterização de Mousinho de Albuquerque enquanto um herói nacional, com base em sua trajetória militar em África, não é uma exclusividade dum pretense revisionismo histórico de cunho propagandístico do Estado Novo. O processo de mitificação de Mousinho de Albuquerque tem início durante a vigência da Monarquia Constitucional, ainda envolto no calor dos acontecimentos, ou seja, na fase final das campanhas de ocupação militar. Dessa forma, abordaremos dois momentos cruciais onde estes processos são postos em prática: a criação deste mito durante o período da Monarquia Constitucional, como já foi salientado, bem como o seu resgate durante o Estado Novo. Isto, com o intuito de contextualizar as escolhas feitas em sua produção, assim como o dado momento histórico específico em que *Chaimite - A Queda do Império Vátua* foi realizado.

2.1 - A criação do mito colonial

No dia 28 de dezembro de 1895 Mousinho de Albuquerque invade o aldeamento de Chaimite, primeira capital do reino de Gaza, localizada nos sertões da Província de Moçambique. Acompanhado por um pequeno destacamento português e por um número incerto de guerreiros africanos que se reuniram ao pequeno grupo inicial durante a marcha, dá voz de prisão ao régulo Gungunhana (WHEELER, 1980, p. 300). Após a prisão Mousinho leva consigo o monarca africano, bem como um pequeno séquito escolhido pelo líder vátua e os apresenta enquanto prisioneiros de guerra, oficialmente

em 06 de janeiro de 1896 ao governador-geral interino, em Lourenço Marques.¹⁵ Esse episódio, que se avaliado isoladamente certamente seria considerado apenas mais um abuso, típico das relações coloniais, não fosse o fato de a imagem de Gungunhana circular por setores da sociedade portuguesa como sendo um monarca africano poderoso e o contexto colonial português que, constantemente humilhado ansiava por vitórias em África. Assim, tal feito foi recebido na capital portuguesa com uma euforia patriótica espantosa.

Para além das distorções históricas presentes na maneira com que Gungunhana passou a ser representado na imprensa portuguesa, sobretudo na década de 1890, a historiografia, nomeadamente a da segunda metade do século XX e início do século XXI¹⁶, com base em extensas pesquisas, nos apresentam dados plausíveis sobre Gungunhana. Estes trabalhos o mostram como sendo o chefe vátua, herdeiro da dinastia Jamine e líder do império de Gaza, considerado o segundo maior império africano durante o século XIX, com um território de 56.000 Km² que corresponde atualmente a mais de metade da República de Moçambique e que chegou a compreender uma população cujos números variavam entre 500.000 e 2.000.000 habitantes (GARCIA, 2008, p. 118). Outro dado que salta aos olhos é o fato de possuir um harém constituído por um número compreendido entre 200 e 300 esposas (VILHENA, 1996, p. 181).

Além disso, o líder vátua foi um antigo aliado dos portugueses na região, inclusive no que diz respeito à proibição da presença de estrangeiros provindos de outras partes da Europa, e ainda juridicamente considerado por anos vassalo do rei de Portugal (BRETES, 1989, 76). Contudo, durante este período de aliança não se limitou a estabelecer vínculos com os portugueses. Um acordo entre Gungunhana e a *British South África Company* de Cecil Rhodes, por exemplo, que lhe dava acesso a uma pensão considerável e a um armamento moderno, era largamente conhecido pela administração colonial portuguesa (WHEELER, 1980, p. 298-299).

Prova interessante da aproximação de Gungunhana com representantes do Império inglês e sua política ambígua, é um artefato significativo que atualmente encontra-se no acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal: uma taça

¹⁵ AHU/Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar/Direcção Geral do Ultramar - Moçambique 1893-1895 - Caixa. 1337 - Pasta 16 - Auto de Entrega dos Prisioneiros. Neste documento está presente a lista de prisioneiros que foram levados de Chaimite a Lourenço Marques: “[...] Gungunhana, ex-regulo de Gaza, seu filho Godide, seu tio Molungo e suas mulheres Namatuco - Fussi - Patihina - Muzamussi - Maxaxa - Xesipe - Dabondi, - ex-regulo de Zichacha, Mantibejana, e suas mulheres Pambene, Oxoca, e Debeza”.

¹⁶ Destaca-se, sobretudo, os trabalhos de Maria da Conceição Vilhena (VILHENA, 1996), (VILHENA, 1999) e José Luís Lima Garcia (GARCIA, 2008).

supostamente oferecida ao Gungunhana pela rainha Vitória de Inglaterra, com os dizeres *Gungunyana from queen Victoria*, gravados em sua face.¹⁷ Não apenas a taça é um registro do contato de Gungunhana com estrangeiros, sobretudo ingleses. Em 19 de junho de 1891 o diretor geral do ultramar Ayres d’Ornellas organizou uma rica documentação, segundo ele “relativas a attitude do Gungunhana para com as auctoridades portuguezas” onde consta uma série de detalhes acerca destas relações de Gungunhana com estrangeiros. A título de exemplo, em 19 de agosto de 1888 ao encaminhar cópias de officios do governador de Sofala, o secretário geral em nome do governador geral, acrescenta a seguinte informação a documentação que se segue: “longe de terem cessado, vão aguentando de dia para dia as visitas de estrangeiros allemães e inglezes, principalmente, as terras do Gungunhana” e ainda:

É convicção minha que as viagens empreendidas por esses forasteiros não tem um exclusivo fim commercial, sendo por tanto da maior necessidade de que não deixamos de trabalhar em Gaza assiduamente chamando a nós por todas as formas, o regulo, seus tios e grandes.¹⁸

Quando da revolta dos landins em agosto de 1894, nas proximidades de Lourenço Marques, o governo português já não estava interessado em estabelecer relações amistosas com Gungunhana, pelo contrário, assim, não tardou a lhe atribuir responsabilidade, mesmo sem motivos aparentes a princípio. Após uma série de incursões, delegou então a administração colonial a missão de abatê-lo ou capturá-lo, com o pretexto de manter a ordem na Província de Moçambique. Dessa forma, em abril de 1895 uma expedição especial ultramarina foi organizada em Lourenço Marques, com esta finalidade (WHEELER, 1980, p. 299), alcançando seu objetivo apenas em dezembro do mesmo ano, através do ato encabeçado por Mousinho.

Sobre a difusão da captura, a edição do *Boletim Oficial do Governo Geral da Provincia de Moçambique* de 8 de fevereiro de 1896 publicou sete telegramas destinados a Mousinho de Albuquerque. Dentre eles, dois em especial saltam aos olhos. Ambos são emitidos da capital portuguesa e denotam o entusiasmo que invadiu os corredores palacianos com a notícia da captura de Gungunhana, meses depois do início da empreitada. O primeiro, assinado pelo então ministro da guerra, “No meio das

¹⁷ ANTT/Agência Geral do Ultramar - Arquivo Histórico - Caixa 41 - Nº 8760 - Taça oferecida pela rainha Vitória ao Gungunhana.

¹⁸ AHU/ Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar/Direcção Geral do Ultramar - Moçambique 1888 - Caixa. 1331 - Pasta 10 - Cópias dos officios do governador de Sofalla.

enthusiasticas manifestações chegada expedição abraço-o em nome dos nossos camaradas”.¹⁹ E o segundo, assinado pela rainha mãe de Portugal, Dona Maria Pia de Sabóia, com a seguinte mensagem:

Felicito com maior entusiasmo o valente capitão Mousinho e seus briosos companheiros pelo grande e glorioso feito de armas, d’arrojo e valentia que acabam de fazer e que tanto honra a bandeira portugueza e a nossa querida patria continuando assim as heroicas tradições de sua familia.²⁰

A imprensa lisboeta, como era de se esperar, também foi ágil na divulgação dos acontecimentos. Em 15 de janeiro de 1896 a revista *Occidente* lança um número que dedica boa parte de sua edição a relatar a derrota de Gungunhana, além disso, conta ainda com um longo artigo biográfico sobre Mousinho escrito por Bento da França, seu conhecido de longa data, que o inicia da seguinte forma: “E’ já tempo de descermos do pedestal, precisamos conhecer melhor e mais de perto o homem, para que possamos metter bem em perspectiva a estatua, que todos lhe erguemos no intimo do nosso patriotismo”.²¹ Neste artigo, além de um elogio a trajetória e ao caráter de Mousinho de Albuquerque, Bento da França cunha uma expressão que será largamente utilizada nos anos seguintes, sobretudo pela imprensa: “O heroe de Chaimite”,²² utilizada para destacar o seu feito militar mais vultoso.

A repercussão de tal episódio foi tamanha, de modo a ganhar as páginas de periódicos estrangeiros. Na vizinha Espanha, em 6 de janeiro de 1896 o jornal *El País* de Madri noticia a chegada de Gungunhana e seu séquito enquanto prisioneiros a Lourenço Marques, então capital da Província de Moçambique.

Un despacho de Lourenço Marques, recibido anoche en esta capital, da nuevos detalles sobre la llegada á aquel puerto del rey Gungunhana, sus siete mujeres, su hijo Godide y su tío Molunko. Todos ellos fueron capturados en Chainite por el Capitán Mouzinho, auxiliado por el Teniente de artillería Miranda, el de infantería Couto, el Doctor Amaral y 46 soldados de artillería é infantería.²³

¹⁹ BSGL - Telegramas. **Boletim Oficial do Governo Geral da Provincia de Moçambique**. Lourenço Marques, p. 53. 08/02/1896.

²⁰ Idem.

²¹ BNP - Capitão Mousinho de D’Albuquerque. **Occidente Revista Ilustrada de Portugal e do Extrangeiro**. Lisboa, p. 14. 15/01/1896.

²² Idem.

²³ BNE - Los portugueses en África. **El País Diario Republicano Progresista**. Madri, p. 02. 06/01/1896.

Para além das fronteiras terrestres, a notícia se alastrou a ponto de cruzar o Atlântico. Assim, na cidade do Rio de Janeiro em 26 de janeiro do mesmo ano, o *Jornal do Comércio* não apenas relata a vitória portuguesa, mas também revela a euforia que este evento proporcionou em Lisboa.

A noticia do glorioso feito foi recebida com entusiastico alvoroço pelo publico, que enchia o teatro de S. Carlos. Ao findar o 2º acto da opera irrompêrão de diversos pontos da sala gritos de *hymno, hymno*, poddo-se imediatamente de pé Suas Magestades, que assistirão ao espectáculo, e todas as mais pessoas, assim nos camarote como na platéa e galerias. A orchestra tocou o hymno nacional, seguindo-se uma estrondosa salva de palmas e vivas ao exercito, á marinha, aos expedicionários, a Antonio Ennes, ao capitão Mousinho, ao tenente Miranda, etc., que forão correspondidos calorosamente.²⁴

Assim, se dá o início da construção do mito em torno da trajetória de Mousinho de Albuquerque, tendo por ápice a prisão de Gungunhana.

Diante disto, para compreendermos como o *fenômeno* Mousinho de Albuquerque foi possível em meados da última década do século XIX, ou seja, o processo de construção de sua figura pública pautada no êxito de conquistas coloniais em África, se faz necessário abordar este momento histórico não enquanto fruto do acaso, mas de políticas internacionais e coloniais portuguesas que se desdobraram no decorrer de todo o século XIX.

Dessa forma, abordaremos as campanhas militares em África de 1895 que resultaram na prisão de Gungunhana, feito que proporcionou notoriedade ao militar, em consonância a uma série de outros eventos, sendo eles: a intensificação do interesse pelas possessões ultramarinas africanas, o surgimento de um nacionalismo português exacerbado (próprio das relações coloniais com África), a Conferência de Berlim e o Ultimato Britânico.

É perceptível que com a independência política do Brasil o olhar português volve-se para África.²⁵ As relações colônias e a presença portuguesa no continente africano no primeiro quartel do século XIX já não representavam algo novo, a chamada Conquista de Ceuta, por exemplo, data de 1415. Contudo, o rompimento definitivo dos laços coloniais existentes entre Brasil e Portugal, não inaugurou, mas intensificou as

²⁴ BNB - Exterior Portugal. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 02. 26/01/1896.

²⁵ Ideia magistralmente defendida pelo historiador Valentim Alexandre em diversas ocasiões. (ALEXANDRE, 1995), (ALEXANDRE, 1998), (ALEXANDRE, 2000), (ALEXANDRE, 2004).

relações do reino luso com suas possessões ultramarinas em África. Iniciativa esta, que além de servir enquanto lenitivo ao orgulho nacional gravemente ferido, também foi apresentada pelos liberais de então enquanto uma saída para economia portuguesa fragilizada, assim, dando início a uma nova etapa da história colonial portuguesa, que atravessará todo o século XIX e boa parte do século XX.

Como já salientado, a independência brasileira mobilizou e fez levantar vozes na imprensa e no Parlamento português em defesa da intensificação do colonialismo africano. Mesmo as relações coloniais com as possessões em África recebendo mais visibilidade, o governo português de então não tomou medidas significativas de imediato, no que tange ao refinamento dessas políticas (ALEXANDRE, 1998, p. 31-32). Além disso, a abolição do tráfico negreiro relegou certo distanciamento das potências europeias em relação ao continente africano, período que, grosso modo, corresponde aos anos de 1840 a 1865 (TEIXEIRA, 1987, p. 687).

Contudo, por mais que a abolição do tráfico neste intervalo de tempo tenha afastado de certa forma ambos os continentes, isso não quer dizer que este distanciamento foi absoluto. Em meados do século XIX o missionário e explorador escocês David Livingstone realizou uma empreitada composta por viagens exploratórias, que o levou a percorrer parte considerável da África Central e Austral. Estas incursões despertaram uma gama de interesses que perpassaram pelos aspectos econômico, científico e religioso. Assim, ainda destacando o caso inglês, observa-se na década de 1870 o aumento do fluxo dessas viagens exploratórias, sobretudo sob os auspícios da Real Sociedade de Geografia de Londres (FERNANDES, 2010, p. 71-72).

O caso português se assemelha em muitos aspectos. Por mais que algumas expedições tenham sido realizadas já entre o século XVIII e início do XIX, é em 1853 que o português Silva Porto realiza a travessia de Bié à contra costa (TEIXEIRA, 1987, p. 689-690), expedição realizada no mesmo contexto que as viagens de Livingstone. Além disso, enquanto o império britânico contava com o patrocínio da Real Sociedade de Geografia de Londres para estas empreitadas em África, Portugal fez nascer no seio da sociedade lisboeta a Sociedade de Geografia de Lisboa, com intuito semelhante no que diz respeito ao fomento das expedições de exploração.

Fundada em 1876 por Luciano Cordeiro, seu secretário vitalício, a Sociedade de Geografia de Lisboa procura alertar a opinião portuguesa para a Questão Colonial e é sob os seus auspícios que se

lançam as primeiras grandes viagens de exploração portuguesas. (TEIXEIRA, 1987, p. 691).

Destaca-se ainda que o intuito de fundar a Sociedade de Geografia de Lisboa não era apenas o de chamar a atenção da sociedade portuguesa para as relações de exploração estabelecidas com África, bem como a exploração científica e geográfica efetiva de suas possessões ultramarinas, para além disso, foi também uma tentativa de barrar os interesses das demais potências europeias em áreas de interesse português. Pode-se afirmar que a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa surge em meio a um contexto marcado pelo receio. No ano de 1867, “Silva Porto, outro dos exploradores dos sertões africanos, já reconhecia que Portugal levava cerca de 20 anos de atraso em relação às potências europeias na corrida africana.” (FERNANDES, 2010, p. 77). Pode-se dizer que este é o início do desmoronamento da retórica do direito histórico alegado por Portugal no âmbito internacional (que encontrará seu fim definitivo anos mais tarde), no que diz respeito a uma série de regiões no continente africano, mesmo não havendo um controle metropolitano rígido, ou sequer existente sobre elas.

Aos poucos as relações coloniais com continente africano vão ganhando mais e mais visibilidade na sociedade portuguesa, constituindo assim uma série de pautas no Parlamento. Contudo, é na década de 1870 que a opinião pública finalmente se volta a este tema, sobretudo devido aos debates que a chamada “concessão Paiva de Andrade” suscitou. O embrião de tal concessão se deu em 1877, num encontro entre Joaquim Paiva de Andrade, capitão do exército português e Fontes Pereira de Melo, político do Partido Regenerador, em Paris. Neste encontro, Pereira de Melo comprometeu-se em realizar uma concessão de exploração a Paiva de Andrade, assim que fosse reconduzido ao poder (FERNANDES, 2010, p. 79).

Os regeneradores voltam a dominar o cenário político em 1878, Pereira de Melo assume a presidência do Conselho e cumpre a promessa de levar a proposta desta concessão à diante. A concessão a Paiva de Andrade envolvia a cedência de 100.000 hectares de terrenos na Zambézia a companhia que por ventura viesse a ser formar com este objetivo, ficando a seu dispor minas de carvão e ouro descobertas ou a descobrir, florestas, etc., por um período de 20 anos ininterruptos, não descartando a possibilidade de investimento de capitais estrangeiros (FERNANDES, 2010, p. 79).

Esta proposta chamou a atenção não apenas dos políticos de oposição, mas também da imprensa. O conteúdo polêmico da proposta, somado ao fato de que vários políticos deste período contribuíam com textos para os periódicos, de forma anônima ou

explícita, isto quando não eram seus próprios editores, possibilitou a ampla difusão do anseio de Pereira de Melo. Caracterizado por essas publicações como sendo um ato antipatriótico.

Para se ter uma ideia do impacto da mobilização das massas urbanas em torno da questão basta referir que a edição de 9 de Janeiro de 1879 do *Diário Popular*, onde se tinha impresso o parecer negativo da Junta Consultiva do Ultramar sobre a «concessão Paiva de Andrade», esgotou os 20 000 exemplares postos em circulação, tendo o texto que ser publicado novamente no dia seguinte (FERNANDES, 2010, p. 81).

Em consequência disso, a questão da “concessão Paiva de Andrade” passou a ser debatida na Câmara dos Pares do Reino, com o povo a abarrotar as galerias durante os debates. Destaca-se ainda a realização de inúmeros comícios em todo o país alertando o perigo que a concessão representava a soberania nacional (FERNANDES, 2010, p. 81-82). Toda esta pressão acabou por tornar a concessão inexecutável.

Assim, vemos a defesa dos interesses coloniais de Portugal em relação às possessões ultramarinas em África, assumir um papel primordial na construção do emergente nacionalismo português de caráter exacerbado.

Estava inventado o nacionalismo radical moderno de raiz colonial. Apesar de ainda estarmos longe de uma sociedade de massas, a verdade é que estes são sinais evidentes do aparecimento de um fenómeno novo em Portugal, a «*masspolitik*», que foi ganhando raízes e cujo efeito passou a ser mais visível. Esta onda patriótica em torno da questão africana irá explicar a adesão popular aos feitos de Mouzinho de Albuquerque dentro de alguns anos (FERNANDES, 2010, p. 82).

Não há dúvidas, as mobilizações públicas em torno da “concessão Paiva de Andrade” estão diretamente relacionadas com a adesão popular aos feitos de Mousinho de Albuquerque em África, que foram largamente comemorados não apenas em Lisboa, mas em outras grandes cidades lusas como o Porto, por exemplo. Contudo, por si só a questão da mobilização em torno da “concessão Paiva de Andrade” não explica o êxtase causado a partir da prisão de Gungunhana e a entrada de Mousinho de Albuquerque para o panteão de heróis nacionais, ainda em vida.

As implicações das cláusulas estabelecidas na Conferência de Berlim sobre Portugal, também contribuíram para acentuar o anseio popular por vitórias portuguesas no continente africano. Cabe destacar que na década de 1880, Portugal teve seus direitos

de exploração questionados por várias frentes. Em 1884 os governos de Portugal e Inglaterra assinaram o Tratado do Zaire, que estabeleceu que a Portugal seria delegado soberania sobre parte do rio, enquanto a Inglaterra receberia compensações não apenas no âmbito comercial, mas também territorial. Em ambos os países os termos estabelecidos no Tratado foram mal recebidos (ALEXANDRE, 2008, p. 156), no entanto, em Portugal o recuo frente aos interesses dos ingleses caracterizou o tratado como sendo vexatório.

Os termos deste Tratado vão de encontro a um anseio amplamente difundido entre setores, sobretudo da administração pública portuguesa: a conservação do direito histórico de exploração.

Na metrópole, ganhavam peso crescente os sectores por uma ou outra forma ligados à vida do império, integrados na Sociedade de Geografia de Lisboa, que por esta altura constituía já um forte grupo de pressão, batendo-se pela defesa intransigente dos «direitos históricos» de Portugal em África e pela adopção de medidas de exploração e de fomento dos territórios coloniais (ALEXANDRE, 2008, p. 151).

O Tratado do Zaire não passou despercebido pelo teatro das políticas internacionais exercido pelas demais potências europeias, assim, a oposição de outras nações, França e Alemanha nomeadamente, desencadeou na renúncia das cláusulas pelos ingleses e em seguida, por sugestão germânica realizou-se uma conferência que contou com representantes nacionais de 14 países distintos, cuja finalidade era a de debater um conjunto de medidas mercantis a serem impostas em África (ALEXANDRE, 2008, p. 156). Conferência realizada entre novembro de 1884 e fevereiro do ano seguinte na capital alemã, que ficou amplamente conhecida como Conferência de Berlim.

Nesta Conferência foram estabelecidos acordos entre as nações convidadas que afetaram as políticas coloniais portuguesas diretamente.

A primeira foi o reconhecimento da soberania territorial da Associação Internacional do Congo (14 de Fevereiro) sobre a região que se tornaria dias depois (23 de Fevereiro) no estado independente do Congo, recebendo como soberano Leopoldo II da Bélgica. A segunda resolução prende-se com o ponto terceiro da proposta inicial de trabalhos e significou, nada mais nada menos, que o reconhecimento internacional do princípio da ocupação efectiva, que se vinha esboçando desde há uma década e que agora, consagrado, passa a reger as questões coloniais (TEIXEIRA, 1987, p. 682).

As conquistas da Bélgica na Conferência, país até então sem tradição colonial, foram muito mal recebidas pelos portugueses (ALEXANDRE, 2008, p. 156), além disso, assim como o Tratado do Zaire, o conjunto de acordos estabelecidos em Berlim desagradou à nação portuguesa devido à nova convenção colonial que se firmou: o princípio de ocupação efetiva, frente à retórica do direito histórico. Em outras palavras “As nações mais fortes não se dispunham a aceitar os princípios vigentes, impondo-se aos países mais pequenos como Portugal [...]” (FERNANDES, 2010, p. 87).

Os reflexos dos termos da ata final da Conferência provocou uma mudança significava na forma com que Portugal administrava as suas políticas colônias, ou seja, “[...] o Estado português se vê forçado a adaptar-se, não apenas aos novos dados da política internacional para África, mas ao contexto europeu em si” (ALEXANDRE, 2008, p. 156-156). A partir disso, a administração pública portuguesa se vê impelida ao projeto de ocupação efetiva de caráter militar, das possessões ultramarinas. Isto, com o intuito de forjar uma esfera de influência não mais apenas no litoral, mas também no interior do continente africano.

A partir de então surge o projeto de unir sob o jugo do Império português o território que vai costa de Angola a costa de Moçambique, projeto batizado de África Meridional Portuguesa, que devido a suas projeções cartográficas onde tal representação da pretendida zona de influência era geralmente representado em cor-de-rosa, ficou celebrenemente conhecido como o Mapa Cor-de-Rosa (TEIXEIRA, 1987, p. 692-693).

Ao adaptar-se e ter a pretensão de acompanhar o compasso da política colonial europeia como um todo, revelando nos discursos políticos um afincado não visto até então na defesa da ocupação efetiva dos territórios pretendidos em África, as disputas coloniais e as negociações internacionais são tencionadas devido ao anseio português da realização da empreitada ambicionada no Mapa Cor-de-Rosa. Contudo, na obra *O exercito nas colonias orientaes* de autoria de Mousinho de Albuquerque, publicado em Lisboa em 1893, escrito todavia em 1891 na cidade de Lourenço Marques, o militar alerta para o distanciamento da retórica de intensificação da defesa da ocupação efetiva e a sua prática real. Segundo Mousinho:

É evidente que a não mudar semelhante estado de cousas breve ficaremos sem um palmo de terra na Africa Oriental. Ora, na minha humilde opinião, na de todos que por aqui teem andado, o preto não nos conhece porque é raro o portuguez que se aventura no sertão. Em geral deixa esse cuidado ao traficante moiro e baniane

[...], ou ao inglês a quem extranha em seguida a pretensão de ter explorado as **terras onde nossos avós hastearam a bandeira que hoje tanto figura em artigos e discursos, e, que tão poucos se dispõem a defender e servir á custa de qualquer incommodo ou sacrifício** (ALBUQUERQUE, 1893, p. 8-9). (Grifos nossos).

A redação desta obra por Mousinho de Albuquerque no início da década de 1890 e o fato de o próprio autor estar em África neste momento específico,²⁶ trazem consigo reflexos da maior contenda internacional do final do século XIX em que o governo português viu-se submerso. Como ressaltado anteriormente os discursos em prol da readaptação das políticas coloniais e a defesa da prática da ocupação efetiva do interior africano presentes no Mapa Cor-de-Rosa, levou Portugal a uma das maiores crises diplomáticas de sua história: o Ultimato Britânico.

Pouco tempo depois da Conferência de Berlim o governo português já havia negociado seus limites de influência em África com França e Alemanha, contudo as negociações com os ingleses que se arrastaram desde 1887 acabaram por assumir um caráter postergador, pois uma decisão final era constantemente retardada (TEIXEIRA, 1987, p. 693). Assim sendo, os interesses dos portugueses na consolidação do que se convencionou em chamar de África Meridional Portuguesa seguia seu curso, no entanto, esta pretensão ia de encontro ao projeto de Cecil Rhodes e do império britânico como um todo, que consistia na ligação de territórios do norte ao sul do continente africano sob a tutela dos ingleses, pretensão de ligar as extremidades do continente africano de norte ao sul, de Cairo ao Cabo.

O tom das negociações se agravou a partir de 1889, quando a rainha Vitória de Inglaterra concedeu poderes majestáticos a British South África Company, e Cecil Rhodes passou a pressionar ainda mais o governo inglês (TEIXEIRA, 1987, p. 693). As investidas militares pelo lado português continuaram a ser realizadas, independente destas negociações, no entanto, quando o português João de Azevedo Coutinho submeteu a região do vale do Chire a soberania portuguesa, os ingleses por fim decidiram finalizar a contenda. Além de concentrar forças navais em posições estratégicas em África, em 11 de janeiro de 1890, o governo inglês através de um memorando, exigiu a retirada imediata das forças militares lusas da região, sob a ameaça de rompimento de todos os laços diplomáticos (TEIXEIRA, 1987, p. 693-694).

²⁶ Exonerado do cargo de secretário-geral do governo do Estado da Índia em 01 de julho de 1890, fora nomeado governador militar do Distrito de Lourenço Marques em 10 de julho do mesmo ano.

Já no dia seguinte ao Ultimato o governo português cedeu às ameaças e ordenou a retirada de suas tropas. Este episódio específico inaugura um período tortuoso da história colonial portuguesa, cujo governo humilhado vai intensificar e canalizar suas forças a determinadas operações, dessa forma, pode-se afirmar que a prisão de Gungunhana se enquadra nas estratégias inerentes do novo desenrolar da política colonial. Anos mais tarde, ao se referir ao Ultimato, Mousinho de Albuquerque afirmou:

O ultimatum de Inglaterra e o tratado que se lhe seguiu se veio marcar o início de um período de angústia cuja solução ainda está obscura na história portuguesa, **chamou contudo sobre a nossa África Oriental a atenção e o interesse do país.** Um período novo se abriu – período de perigos, de sustos e de trabalhos – mas período de vida. A cubiça da Europa deu-nos o conhecimento vago do tesouro que ainda possuíamos e **a campanha de 95 deu-nos a confiança na força própria** com que podemos debellar as dificuldades do domínio interno da colônia (ALBUQUERQUE, 1899, p. 36). (Grifos nossos).

Sendo assim, podemos afirmar que a prisão de Gungunhana e a sequente elevação de Mousinho de Albuquerque ao rol de heróis nacionais ainda em vida, são frutos de um momento histórico português específico e extremamente turbulento, ou seja, um período em que não apenas os administradores estatais portugueses ansiavam por vitórias colônias em África, mas também a opinião pública. Contudo, a criação deste mito colonial especificamente, bem como a sua aceitação no seio popular, não deve ser tomada por um ingênuo reflexo descomprometido do cenário político, longe de querermos analisar tal processo de forma esquemática, gostaríamos de destacar os melindrosos aspectos desta construção.

Ao abordar a maneira com que Partilha da África ganhou forma através imprensa ilustrada de Lisboa, o historiador Sílvio Marcus de Souza Corrêa elucida determinados aspectos da sociedade lisboeta deste período. Por meio da análise das representações, sobretudo femininas do continente africano, o autor destaca que além das críticas as políticas coloniais encabeçadas por Portugal e os conflitos de interesses com as demais nações imperiais que apresentavam nítidas pretensões pelas colônias portuguesas, há também o temor da castração metafórica da nação portuguesa por parte de determinados intelectuais e artistas (CORRÊA, 2016, p. 196-197).

Ainda no que diz respeito ao momento turbulento que Portugal atravessou e cujos principais eventos foram abordados aqui, Sílvio Corrêa afirma que os caricaturistas:

[...] foram testemunhas dessa sucessão de acontecimentos que abalou a ordem, tanto interna quanto externa, da política portuguesa. Como arautos do “nacionalismo imperial”, eles bradaram com seus lápis a defesa da integridade do império português e a prioridade portuguesa em África. Para eles, disso dependia o prestígio nacional (CORRÊA, 2016, p. 197).

No entanto, por mais que reconheça nos caricaturistas testemunhas notórias do processo político que se desdobrava, Corrêa destaca o possível distanciamento entre as representações dos caricaturistas e expressão popular, pois “Apesar das vantagens da caricatura enquanto comunicação visual, nada autoriza a generalizar as caricaturas e as representações femininas de África como expressões populares” (CORRÊA, 2016, p. 205). Da mesma maneira, acreditamos que haja significativo distanciamento, um caminho percorrido entre a construção da mitificação de Mousinho de Albuquerque e a sua aceitação popular.

Todavia, diante do contexto apresentado, é correto afirmar que determinados setores da classe política e dirigente de Portugal viam em África uma saída econômica, uma recuperação em relação a perda do Brasil desde o primeiro quartel do século XIX, mas o nacionalismo português de cariz colonial toma formas mais definidas apenas no final da década de 1870 com a “concessão Paiva de Andrade”. Não bastasse isso, as imposições das potências europeias de maior porte através da Conferência de Berlim e a humilhação resultante do recuo frente ao Ultimato Britânico, submeteu a opinião pública portuguesa a um estado de abstinência, no que se refere às conquistas colônias. Assim, para o historiador Paulo Jorge Fernandes:

O desejo de afirmação do Exército e, em menor escala, da Armada, em África, a ânsia por vitórias no terreno e a forma como as notícias de tais triunfos chegaram ao público, criaram as condições para que se instalasse uma pressão geradora de sentimentos nacionalistas, libertando uma certa consciência imperial reprimida pela humilhação do Ultimato britânico de 1890 (FERNANDES, 2011, p. 84).

É diante deste quadro de abstinência, neste contexto favorável, que surge a figura de Mousinho de Albuquerque enquanto um herói. Assim, este processo de construção do mito colonial deve ser interpretado como o processo de uma construção de Estado e de caráter oficial, não popular, mas destinada ao povo. Nesta conjuntura fértil a propagação do discurso colonialista vários setores políticos reclamaram os

louros da vitória, não diretamente, mas utilizaram das benesses do feito de Mousinho e o impacto dos resultados das Campanhas de Militares de 1895 como um todo, para ornarem seus posicionamentos ideológicos e a defesa do colonialismo.

Por mais que houvesse divergências entre o estrato político português de então, o destacamento da retórica imperial e a colonização de África representavam um ponto de intersecção entre ele.

A partir destes anos, os governantes e a opinião pública do Portugal metropolitano passaram a olhar para as províncias de além-mar com outra atenção, apesar de as elites dos dois principais partidos políticos protagonizarem visões diferentes sobre o assunto. Neste novo contexto de exaltação colonial, África tornou-se uma prioridade nacional, acabando por condicionar nos tempos que se lhe seguiram toda a concepção da estratégia ultramarina (FERNANDES, 2011, p. 86).

Somado aos discursos oficiais, a imprensa ainda prestou-lhe o incessante serviço de divulgar os acontecidos com um fervor quase religioso. Como já destacado anteriormente o feito de Mousinho em 28 de dezembro de 1895, foi amplamente divulgado nos jornais e em outros periódicos, contudo, tais publicações não limitaram-se a relatar o episódio específico. Assim, quando o Ministério da Guerra decide enviar Gungunhana e seu séquito para o exílio de Lourenço Marques a Lisboa, os periódicos, sobretudo os portugueses, voltaram a se agitar.

Dessa forma, com a chegada dos prisioneiros em Lisboa em 13 de março de 1896 os periódicos retornam ao estado de êxtase causado pela prisão do régulo meses antes e dedicam assim, boa parte dos seus números a relatar o desembarque da comitiva, sua exibição enquanto troféus de guerra e a sua condução ao cárcere no Forte de Monsanto.²⁷

Continua o Gungunhana a chamar a atenção. O que faz, o que diz, o ar que apanha, tudo é meticolosamente observado pelo bando de curiosos, que todos os dias vão em romaria até ao forte de Monsanto. Os jornaes ainda se não cansaram de publicar os retratos do infeliz vencido e toda a enorme familia vátua, mulheres, filhos, tios e amigos.²⁸

²⁷ Destaca-se as seguintes publicações: **Occidente Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro**. Lisboa. 15/03/1896 e **O Berro**. Lisboa. 22/03/1896.

²⁸ BNP - CHONICA OCCIDENTAL. **Occidente Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro**. Lisboa, p. 66. 25/03/1896.

Esta postura nos periódicos se prolongou ainda por alguns meses, entre o período que corresponde da chegada e exibição de Gungunhana e os seus em Lisboa e sua prisão Monsanto, até o Ministério da Guerra voltar a arbitrar sobre o destino dos prisioneiros. Quando o Ministério por fim decidiu separá-los, enviando os homens para os Açores e as mulheres para São Tomé entre junho e julho de 1896, os periódicos voltam a atender de forma mais que adequada ao anseio dos leitores por notícias dos exilados africanos.

Não bastasse todo o enredo, a necessidade e disponibilidade do Estado português de criar heróis, cujas construções mostraram-se detalhadas e pautadas em interesses próprios de natureza colonial, há de se destacar a composição *sui generis* dos heróis da Campanha de 1895. O Comissário Régio Antonio Ennes, administrador colonial que decretou as ofensivas da ocupação militar de Moçambique em 1895, lançou uma obra dedicada à rainha portuguesa Dona Amélia intitulada *A Guerra d’Africa em 1895* (ENNES, 1898), onde se dispôs a narrar os pormenores destes eventos. Ayres d’Ornellas, outro militar que participou das Campanhas em Moçambique, por sua vez, é o autor de *Cartas d’Africa Campanha do Gungunhana 1895* (D’ORNELLAS, 1930), obra em que reuniu uma série de cartas de sua correspondência sobre a campanha, que haviam sido enviadas da colônia para a metrópole.

Mousinho de Albuquerque além de ter frequentado a Escola Politécnica de Lisboa e a Escola do Exército, também realizou um breve percurso na Universidade de Coimbra (FERNANDES, 2010, p 63-64). Tinha familiaridade com a escrita, além de ter publicado *O exercito nas colonias orientaes* em 1893, como já destacado anteriormente, entre outros escritos, publicou em 1899 sua obra de maior notoriedade: *Moçambique 1896-1898*, onde relatou os detalhes de sua administração enquanto Comissário Régio em Moçambique, além de uma série de outros textos, como também diversos documentos administrativos que pôde reunir. Mais um exemplo de sua escrita fluída é o *Relatório sobre a prisão do Gungunhana*, escrito ainda no calor dos fatos, onde Mousinho se dispôs a relatar detalhadamente sua versão dos acontecimentos, publicado em Lourenço Marques em 1896.²⁹

Outra característica deste militar especificamente que chama atenção é a oralidade. Quando do seu retorno a Lisboa em dezembro 1897, diversas solenidades foram organizadas em sua honra, onde tal particularidade pode ser vislumbrada. Ainda

²⁹ AHM - ALBUQUERQUE, Joaquim Mousinho d’. **Relatório sobre a prisão do Gungunhana**. Lourenço Marques: Typografia Nacional de Sampaio & Carvalho, 1896.

na noite do seu regresso uma multidão composta por cerca de 5.000 pessoas lotou a casa de espetáculos Coliseu dos Recreios e lhe homenageou com uma salva de palmas que durou longos 10 minutos (FERNANDES, 2011, p. 98). A agenda de aclamação do militar, geograficamente não se limitou a Lisboa, ficando célebre uma de suas participações enquanto orador e tendo seu conteúdo publicado posteriormente: a conferência realizada em 19 de janeiro de 1898 no Centro Comercial do Porto.

Nesta conferência podemos atestar sua familiaridade e desenvoltura na oratória, composta de um discurso patriótico apaixonado, entusiasmado e muito bem desenvolvido.³⁰

O comissário régio, como era comum nestas alturas, passou a ser convidado com alguma frequência para se apresentar em público, onde era celebrado pelas gentes dos mais variados lugares ou para falar sobre a sua experiência africana perante plateias facilmente maravilhadas pela narrativa do militar (FERNANDES, 2011, p. 99).

Aspectos importantes da arquitetura do projeto oficial, político e nacional, que visava converter Mousinho num mito essencial à colonização, são perceptíveis quando avaliado a contribuição do Estado português nesta empreitada. Segundo Jorge Seabra, ao referir-se sobre os heróis das campanhas no geral, destaca: “Anteriormente foram elogiados por arriscarem a vida na defesa do império, agora surgirão no desempenho governativo, onde a acção construtiva é constantemente dignificada (SEABRA, 1995, p. 50).

Especificamente no caso de Mousinho, destaca-se o amplo reconhecimento burocrático do Estado, que não poupou esforços e tratou de distingui-lo imediatamente. Assim, assumiu o cargo de governador de Moçambique em março de 1896, poucos meses depois de ter sido levado a cabo o episódio da prisão de Gungunhana, foi ainda promovido a comissário régio de Moçambique em novembro do mesmo ano, função que desempenhou até julho de 1898. Ainda em meios a estas nomeações, o Estado português o exaltou de outras formas, assim, em 22 de julho de 1897, antes ainda de seu retorno de África a Junta Consultiva do Ultramar acordava em conceder-lhe a Medalha d’Onra de Serviços Distinctos no Ultramar “tendo na fivela da correspondente fita uma barra também de ouro com a legenda = feito heroico de Chaimite - prisão do

³⁰ BSGL - Conferência de Mouzinho de Albuquerque na noite de 19 de janeiro de 1898 no Centro Comercial do Porto. In: **Boletim Geral das Colónias**, n° 128. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 11-29.

Gungunhana - 28 de dezembro de 1895”.³¹ Ainda destaca-se que em 06 de setembro do mesmo ano lhe foi concedido por Decreto o “grau de Grande Oficial de Ordem Militar de Torre e Espada”,³² para salientarmos apenas alguns, dentre os muitos outros exemplos da promoção estatal.

De modo geral, é perceptível que os célebres integrantes das Campanhas de 1895, a Geração de 1895, como posteriormente ficou conhecida, forneceram subsídios para a tal construção e mitificação em torno do feito de maior visibilidade resultante de suas investidas em África: a prisão de Gungunhana. Mesmo no caso dos militares, possuíam uma trajetória intelectual que lhes permitiu confeccionar uma narrativa própria e bem construída para os feitos realizados por eles mesmos, fomentando assim não apenas uma autopromoção, mas garantido uma série de fontes para que seus entusiastas, sobretudo aqueles que habitavam o seio da administração do Estado português o fizessem.

Os participantes mais graduados das Campanhas de 1895 receberam incontestavelmente o reconhecimento eufórico e imediato de seus compatriotas no reino, tal prestígio, já nesta altura, deve ser considerado marco da eficácia da propaganda estatal, pois atingiu dimensões salientes, alcançando e seduzindo tanto as camadas populares quanto das mais abastadas. Contudo, há de se destacar ainda que a Mousinho de Albuquerque, sem dúvida, foi-lhe atribuído o maior quinhão, no que diz respeito ao reconhecimento e promoção de sua imagem, dando início assim ao processo de mitificação de sua figura pública, com base em sua trajetória colonial em África, que se arrastaria ainda por diferentes períodos da história portuguesa, sem que deixasse de gozar de tal *status*.

2.2 - O resgate do mito colonial

Como destacado anteriormente, incontestavelmente o Portugal da última década do século XIX viu nascer um herói colonial, construído, sobretudo, para suprir as necessidades de uma nação constantemente humilhada no campo da política internacional. Este mito intencionalmente foi um “mito útil da colonização portuguesa”, para utilizarmos a expressão cunhada por um dos maiores especialistas da atualidade

³¹ AHU/ Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar/Direcção Geral do Ultramar - Processos individuais de militares - Caixa. 3036 - Pasta 21 - Processo 35 - Ofício da Junta Consultiva do Ultramar. (Folhas avulsas).

³² Idem.

acerca da trajetória de Mousinho de Albuquerque, Paulo Jorge Fernandes (FERNANDES, 2010).

Pode-se afinal, afirmar que a exaltação da sua trajetória no final do século XIX atendeu uma demanda específica, tendo por base a retórica da preservação e expansão do Império português. Posteriormente, durante o Estado Novo, é dado início a um processo distinto, no entanto, muito semelhante, não baseado na criação de um mito, pois os contornos de Mousinho de Albuquerque enquanto herói nacional ainda encontravam-se bem definidos, mas no seu regate. Além disso, assim como o processo surgido no final do século XX, este novo projeto também tem a sua gênese no seio da classe política e dirigente do Estado. Não obstante, a adaptação desta concepção pode ser tomada como sendo ainda mais radical, pois além de contar meios de comunicação mais sofisticados e de alcance ainda maior, próprios deste contexto, tal estratégia enquadrava-se como sendo fundamental na legitimação do regime emergente, aos moldes do que Walter Benjamin reconheceu como sendo um bem cultural ostentado pelos vencedores.

A construção deste processo assume um caráter sofisticado, isto se deve, sobretudo, ao fato de que para sua elaboração o Estado Novo contou com uma série de meios de divulgação. O historiador Jorge Seabra em um artigo intitulado “O Império e as Memórias do Estado Novo”, apresenta dados significativos quanto a abordagem da trajetória de Mousinho de Albuquerque durante o salazarismo. No que tange a publicação de obras de autoria do próprio Mousinho ou “sobre aspectos diversos da sua personalidade ou da sua acção enquanto herói ou administrador” o número coligido de publicações entre os anos de 1929 e 1966 é de 118 títulos (SEABRA, 1995, p. 54). Esta dinâmica de publicações durante o Estado Novo impressiona quando comparado a períodos anteriores, que apresentam números bem mais modestos: 29 títulos entre 1893 e 1909 (Monarquia Constitucional) e 8 títulos entre 1910 e 1925 (Primeira República) (SEABRA, 1995, p. 53).

Nesta mesma pesquisa, Seabra destaca ainda que “[...] a proliferação simbólica da evocação do herói distribui-se pela toponímia, pintura, fotografia, escultura, comemorações e instituições” (SEABRA, 1995, p. 53). Contudo, para mapearmos este resgate, iremos nos ater exclusivamente a textos publicados por ocasião de duas efemérides, ocasiões significativas, onde o discurso patriótico geralmente é proferido sem pudor, podendo então revelar as entranhas do pensamento imperialista português desta altura. Sendo elas o quadragésimo ano de captura de Gungunhana, comemorado

em 1935 e o centenário de nascimento de Mousinho em 1955. Estas publicações são extremamente sintomáticas no que diz respeito ao anseio governamental em promover a figura de Mousinho, já que ambas contaram largamente com o apoio do Estado português em suas realizações.

Além disso, as obras relacionadas a cada uma destas efemérides elencadas são extremamente ricas em variedade de conteúdo. A primeira delas, o número 128 do *Boletim Geral das Colónias*, publicação da Agência Geral das Colónias, lançado em fevereiro de 1936, foi dedicado à memória de Mousinho de Albuquerque e em homenagem ao quadragésimo aniversário da prisão de Gungunhana, incidido em dezembro do ano anterior. Já a publicação comemorativa referente ao centenário do nascimento de Mousinho é o *Livro do Centenário de Mousinho de Albuquerque 1855-1955*, publicado ainda no mesmo ano. Cabe destacar, todavia, que estas obras constituem fontes valiosas para análise, pois são abundantes em documentos e textos de uma enorme gama de autores, que os idealizadores de ambas empenharam-se em reunir em suas páginas. Contudo, devido a grande extensão que ambas adquiriram, elencaremos determinados textos que julgamos serem sintetizadores de seus escopos.

Assim, dentre vários textos que constituem o número especial do *Boletim Geral das Colónias*, podemos afirmar que “A piedade e misericórdia da colonização portuguesa em África” de autoria de Eduardo Lupi, condensa de forma muito direta a ideia de colonização portuguesa em África aceita no período, ou ambicionada pelo regime em ser divulgada. Como o próprio título salienta, a colonização portuguesa em África sob esta perspectiva específica não apresentava aspectos que não positivos, desejosos, ou ainda, dignos de serem perpetuados.

Sobre o suposto aspecto *sui generis* da colonização portuguesa Eduardo Lupi afirma:

Mas a *piedade e misericórdia* da cristianização portuguesa não se contenta com adoçar tôda a nossa conquista, permitir a fácil conversão dos inimigos da véspera em súbditos fiéis, poupar-nos à recorrência de revoltas nativas. Faz mais e melhor do que isso: *caldeia as raças criando povos novos*, torna-nos, por isso, os dominadores preferidos, retrata no português o *branco* por excelência – sentimo-lo todos, compreendemo-lo muitos, sabemo-lo bastantes (Grifos do autor).³³

³³ BSGL - LUPI, Eduardo. A piedade e misericórdia da colonização portuguesa em África. In: **Boletim Geral das Colónias**, nº 128. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 78-79.

Através da perspectiva de Lupi não há a problematização das práticas coloniais, pelo contrário, a colonização portuguesa surge como sendo um processo desejoso, sobretudo para os nativos. Apresenta os portugueses como sendo os “dominadores preferidos”, para utilizarmos uma expressão do autor. Dotados de piedade e misericórdia seriam assim, os responsáveis por uma colonização pacífica e sem igual.

Para sustentar seu argumento, o de uma colonização idílica própria dos portugueses, Lupi busca na trajetória de Mousinho de Albuquerque demonstrar este exemplo. Contestando frontalmente a ideia de que por ventura Mousinho tivesse exercido a atividade de “um mero espadeiro capitaneando malta de rudes soldadões”,³⁴ o autor defende enfaticamente:

Puro engano. Nem Mousinho nem nenhum dos homens de sua escola assim procedeu. Moçambique nunca esteve a ferro e fogo. Nas campanhas que se travaram exerceu-se a maior economia de vidas, brancas e negras. E só se fêz guerra em último extremo, isto é, quando o supremo interêsse da Nação a impôs.³⁵

Eduardo Lupi, inconscientemente ou não, retoma um debate de décadas passadas sobre o excesso de violência, presente não apenas durante a guerra declarada no contexto das campanhas militares de 1895, mas também durante o período que corresponde à administração da Província de Moçambique pelo militar enquanto Comissário Régio, entre os anos de 1896 e 1898. Tais afirmações levaram o próprio Mousinho a manifestar-se sobre estas ácidas críticas em sua obra de maior visibilidade: “Pensam muitos que passei os meus dous annos de governo á cutilada aos pretos. E’ um engano; a maior e a melhor parte das cutiladas foram assentes nas convenções, nas ficções, no enredo de falsidades com que nos pretendiamos iludir” (ALBUQUERQUE, 1899, p. VIII).

No entanto, não nos convém ressaltar o excesso de violência ou a ausência dela por parte de Mousinho de Albuquerque enquanto militar ou estadista, por entendermos que as relações coloniais e de exploração, por si só são de natureza violenta. Debruçamos-nos sobre a análise de Lupi sobre estas questões e o protagonismo de Mousinho, ou seja, a defesa da tese de um colonialismo brando e recomendável, diferente do exercido pelas demais nações europeias imperialistas.

³⁴ Ibidem, p. 75

³⁵ Idem.

A êsse conjunto de dotes espirituais, de Mousinho e dos subalternos da sua escola, se deveu a perfeita execução do serviço, a sua rapidez, a poupança de vidas (e recursos) que o caracterizou, a fácil e expedita cicatrização de rancores, a paz perfeita que os territórios têm gozado de então em diante, o **bom humor alegre das relações entre brancos e negros, tão peculiar ao Ultramar português** como desconhecido nas colónias estrangeiras. **Obra tão bem acabada como nenhuma outra potência colonial pode ostentar e que atesta o génio colonizador da raça** (Grifos nossos).³⁶

Curiosamente, de acordo com a perspectiva defendida por Lupi, Mousinho de Albuquerque surge como sendo um soldado e administrador estatal preocupado, sobretudo em zelar pela vida tanto dos brancos, quanto dos negros sob sua tutela. Ideia esta que entra em confronto com o famoso discurso proferido pelo próprio militar em 19 de janeiro de 1898, no Centro Comercial do Porto.

No dia 7, de manhã, deu-se finalmente o combate decisivo, que pôs termo à campanha. **Recebi ali o meu baptismo de fogo, e confesso que isso me foi agradável**, porque sendo combate o ofício militar, como o negócio é o ofício do comerciante, **é natural que o militar aspire a conhecer praticamente para que lhe serve a espada** (Grifos nossos).³⁷

Não acreditamos que Lupi desconheça a imensidão, detalhes e os custos em vida que as campanhas militares significaram, tanto para Portugal, quanto para os nativos africanos, ressalta-se ainda que o discurso citado acima faz parte da mesma edição comemorativa do *Boletim Geral das Colónias* em que se encontra o texto de Lupi. No entanto, o que se observa em seu texto é uma espécie de naturalização da violência em determinados contextos, contudo, sem apresentar tal ideia enquanto uma contradição a sua tese central, que consiste na defesa da piedade e misericórdia que supostamente seriam inerentes ao colonialismo português.

Assim, o texto de Lupi contribui para a sintetização do propósito da publicação da Agência Geral das Colónias. Delega a trajetória de Mousinho de Albuquerque um local de destaque, ao passo que celebra a permanência das políticas coloniais. Todavia, nesta publicação, os feitos de Mousinho não são simplesmente rememorados, eles assumem também um caráter didático. Exemplo disso é o texto intitulado “Comemorações escolares”, onde é descrito as cerimônias de celebração da efeméride

³⁶ Ibidem, p. 76

³⁷ BSGL - Conferência de Mousinho de Albuquerque na noite de 19 de janeiro de 1898 no Centro Comercial do Porto. In: **Boletim Geral das Colónias**, n° 128. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 24.

em estabelecimentos de ensino português, pontuais, mas que nos fazem refletir sobre o papel atribuído a Educação por parte do Estado, já abordado no capítulo anterior. Sobre a conferência realizada no Colégio Militar em 8 de janeiro de 1936, são destacadas as seguintes informações.

Tratou o conferente das características da expansão colonial portuguesa e fêz, depois, um desenvolvido quadro das relações que os portugueses mantiveram, em Moçambique, com os nativos e até com o Gungunhana. Tratando de Mousinho, **demorou-se a analisar a sua obra militar e administrativa** (Grifos nossos).³⁸

O texto continua, dando ênfase a fala do orador:

Alunos do Colégio Militar: **atentai bem aos grandes ensinamentos que nos dá a vida e até a morte de Mousinho: «Mais vale morrer do que ferir a disciplina e a ordem, envolver e deixar arrastar a Pátria em paixões pessoais ou políticas! Glória a Mousinho de Albuquerque! Glória ao grande Português! »** (Grifos nossos).³⁹

O orador que presidiu a conferência realizada no Colégio Vasco da Gama no mesmo dia, utilizou-se da trajetória de Mousinho de maneira idêntica, ao compor seu discurso.

Terminou por se referir aos últimos anos da vida de Mousinho, após o seu regresso a Portugal, e concluiu por dizer que a sua morte, ocorrida em circunstâncias lamentáveis, representa não a perda dum grande cabo militar, mas a perda de **alguém que soube reviver as virtudes heróicas dos velhos portugueses de outrora nessa época de desânimo e cepticismo nacionalista**, como foi efectivamente aquela em que viveu. Por isso – rematou – **a sua figura merece o nosso interêsse e se impõe ao respeito e à veneração da mocidade portuguesa.** (Grifos nossos).⁴⁰

Nesses trechos, torna-se explícito a utilização, como já afirmado anteriormente, da figura de Mousinho para reavivar o interesse nacionalista da nação portuguesa, sobretudo dos jovens. Contudo, é errôneo afirmar que este anseio por parte do regime fosse algo sutil e perceptível apenas com a reflexão e distanciamento entre o objeto e a

³⁸ BSGL - Comemorações escolares. In: **Boletim Geral das Colónias, nº 128**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 205.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Ibidem, p. 206.

análise histórica. O anseio em converter a memória de Mousinho em uma espécie de ferramenta do regime, foi amplamente defendido de forma aberta e explícita.

Ainda se tratando do número especial do *Boletim da Agência Geral das Colónias*, podemos vislumbrar claramente os detalhes deste projeto.

O Estado Novo tem exercido, a par de brilhante acção reconstrutiva, obra também notável de propaganda e de cultura. A Agência Geral das Colónias, com inteligência e largueza, e até com imaginação, e sobretudo fora de monótonas práticas, diga-se com justiça, tem dado a êsse labor colaboração de pêsso, com as variadas publicações – boletins, colecções de relatórios e de monografias educativas – com sessões, espetáculos, conferências, exposições, sempre alerta à passagem de todas as datas célebres do calendário dos factos gloriosos da Ocupação e da Colonização Portuguesa do Continente Africano.⁴¹

Em linhas gerais, este foi o sentido almejado e atribuído à edição especial do *Boletim da Agência Geral das Colónias* de 1936. No entanto, por mais que um intervalo de quase duas décadas tenham transcorrido entre esta publicação e *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque 1855-1955*, estas obras apresentam um sentido muito semelhante, sobretudo por serem frutos de contextos comemorativos. Assim, esta permanência do discurso que norteou ambas, nos permite vislumbrar a visão de determinado grupo no interior da administração política do Estado português e do Estado Novo enquanto regime, acerca do local que os portugueses pretensamente ocupavam ou deveriam ocupar nas relações coloniais com África, políticas internacionais, ou mesmo a forma com que o governo português ansiava que estas abordagens continuassem a ser projetadas no interior da sociedade portuguesa.

No *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque 1855-1955*, o discurso patriótico exaltado de apelo à trajetória do militar, também vai assumir um cariz didático. Igualmente, não são modestas suas intensões, no que diz respeito à exposição de seu conteúdo, e teria sido “[...] organizado com as limitações de tempo e de espaço inevitáveis, mas visando na intenção aquele mesmo objectivo de ampla projecção nacional”.⁴² Na intenção de manter “[...] a veneração nacional pela personalidade de

⁴¹ BSGL - Significação do «Dia de Mousinho». In: **Boletim Geral das Colónias, nº 128**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 223.

⁴² BSGL - O PATRIÓTICO SIGNIFICADO DAS COMEMORAÇÕES. In: **Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque 1855-1955**. Lisboa: Empresa Tipográfica Casa Portuguesa Sucessores, 1955, p. 25.

superior estatura moral e cívica que os determinou. Fazendo germinar, no tempo que tudo consome e esmorece, os frutos da sua lição exemplar”.⁴³

O objetivo do Estado na difusão da vida e obra de Mousinho de Albuquerque encontra-se explícito nestas páginas. Além disso, há também nesta retórica a justificativa para tal iniciativa.

Numa época em que o engrandecimento da Nação é concebido sob o signo da unidade e indivisibilidade do território que a constitui, a lição de Mousinho de Albuquerque avultou em toda amplitude do seu perene significado. A energia que se exprimiu no feito de Chaimite e as qualidades varonis do chefe militar; a coragem indómita que vibrou na carga de Macontene e as virtudes de devoção e sacrifício do cidadão; a fé que transparece nos relatórios e correspondências de África e as aptidões do administrador ultramarino de larga visão – foram igualmente apontadas como exemplo que para sempre ficou esmaltado em letras de ouro na nossa história.⁴⁴

De forma clara, o argumento é apresentado: o exaustivo resgate da memória, da vida e obra de Mousinho e seu culto por parte do Estado Novo, tinham por objetivo a exaltação da ideia de Império Ultramarino indivisível, bem como trazia em si um engendrado projeto de conservação e manutenção. No entanto, este projeto de manutenção do Império Colonial, ideologicamente, reconhecia nos jovens da nação portuguesa, terreno fértil para a propagação deste ideal.

Assim, de forma semelhante à empregada em 1936 nas comemorações escolares abordadas anteriormente, em 1955 os jovens da nação voltam a constituir parcela relevante, ou seja, destinatários do discurso propagandístico e colonial. Dessa forma, para ajudar a compor o *Livro do Centenário*, foi então resgatada à fala que o Ministro da Presidência Marcelo Caetano proferiu junto à campa de Mousinho de Albuquerque em 28 de dezembro de 1940, enquanto Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, em cerimônia de celebração ao feito de Chaimite. Mais uma vez a necessidade de encarar os feitos de Mousinho enquanto uma lição pátria de caráter didático volta a emergir.

Segundo Caetano: “Num país que, como Portugal, se expande por quatro continentes e tem a desbravar sertões a educação da mocidade só atingirá a plenitude do

⁴³ Idem.

⁴⁴ Ibidem, p. 23.

seu sentido nacional desde que torne as gerações novas aptas a dominar e a colonizar”.⁴⁵ Neste texto, a trajetória do militar volta a ser motivo de reflexão para as políticas atuais e o autor continua discorrendo, agora sobre uma suposta escola de pensamento colonial inaugurada por Mousinho, que toda a Mocidade Portuguesa, de acordo com sua perspectiva, deveria fazer parte: “[...] Escola de patriotismo, de bravura, de sacrifício, de lealdade, de disciplina, de desinteresse, de ideal... Essa escola tem de nos compreender a todos, Mocidade Portuguesa”,⁴⁶ E conclui de forma entusiasmada: “Com tal Chefe não há que temer: segui-lo é vencer”.⁴⁷

Dessa forma, estas fontes construídas em torno destas efemérides, são de suma importância para a identificação do processo de reabilitação de Mousinho descrito por Wheeler: “O seu mito foi permanentemente manipulado pela Ditadura que deliberadamente o reabilitou” (WHEELER, 1980, p. 318). Estas publicações enquanto fontes são essenciais para o entendimento da utilização da imagem de Mousinho de Albuquerque pelo Estado Novo, ou seja, por este resgate realizado pelo então governo português, pois ambas as publicações contaram com o fomento público e com a colaboração de pessoas que, se não estavam diretamente relacionadas ao regime, eram ao menos coniventes ou entusiastas. Sendo assim, acabam por sintetizar o pensamento e os projetos políticos dos idealizadores e perpetuadores do salazarismo.

Podemos assim vislumbrar dois processos de mitificação em torno da figura de Mousinho de Albuquerque, muito distintos entre si, cada qual realizado em um momento diferente da história de Portugal contemporâneo. No primeiro processo surge o herói das conquistas em África, no segundo sua memória é resgatada e sua imagem reabilitada. Todavia, por mais distintos e distantes que estes processos estejam, apresentaram o mesmo objetivo norteador em sua elaboração: atender demandas específicas de determinadas classes políticas e dirigentes da sociedade portuguesa. Além disso, em ambas as ocasiões, são elaborados e postos em prática por estas mesmas classes, que desde a independência do Brasil no primeiro quartel do século XIX, veem na exploração de África uma oportunidade ímpar para dar continuidade a políticas coloniais, no entanto, agora voltadas quase que exclusivamente ao continente africano.

⁴⁵ BSGL - CAETANO, Marcelo. MOUZINHO, CAPITÃO DA MOCIDADE. In: **Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque 1855-1955**. Lisboa: Empresa Tipográfica Casa Portuguesa Sucessores, 1955, p. 209.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Ibidem, p. 210.

Com esta contextualização e a partir destas reflexões, onde situamos a trajetória de Mousinho de Albuquerque e a forma com que seus feitos foram destacados e reinventados pelo Estado português, torna-se possível compreender a realização do filme *Chaimite - A Queda do Império Vátua*, durante o salazarismo. Apenas percebendo a dimensão atribuída a esta figura em ambos os momentos históricos, tanto no século XIX, quanto no século XX, poderemos perceber os significados atribuídos pelo Estado Novo a um filme onde este herói surge enquanto personagem principal, dotado de uma série de características, imaginadas ou não, extremamente caras ao regime ditatorial.

CAPÍTULO 3

3 - *CHAIMITE*: UMA PROPAGANDA DO IMPÉRIO COLONIAL NO CINEMA PORTUGUÊS

Duas décadas antes da realização e estreia de *Chaimite - A Queda do Império Vátua* nas telas dos cinemas portugueses, um artigo intitulado “A recordação dum herói”,⁴⁸ de autoria de Mário da Costa Pinto, publicado no periódico *A Voz* em 07 de janeiro de 1936, desencorajava o hipotético projeto. O autor do texto, em meio a uma série de elogios à exposição de objetos relacionados a Mousinho, realizada pela Agência Geral das Colónias e a iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa em fixar uma lápide comemorativa no edifício em que o militar vivera por boa parte de sua vida, elabora uma crítica incisiva a concretização de uma obra cinematográfica que, por ventura, viesse abordar os feitos militares de Mousinho em África. Esta crítica surge em resposta à divulgação na imprensa, da possibilidade de se conseguir junto ao governo português verba necessária para a realização de tal projeto.

Na perspectiva de Mário da Costa Pinto, esta ideia era desaconselhável por diversos fatores. Dentre os motivos destacados pelo autor, o principal consiste na preocupação de o hipotético projeto não contribuir para a exaltação da figura de Mousinho, ou o que seria ainda pior em sua perspectiva, resultar em uma diminuição biográfica. Em suas palavras: “Uma tal realização poderia ocasionar a diminuição do famoso quadrado de Coolela. Pode-se admitir que alguém envergando uma farda, e montando um corcel, procure representar ou imitar Mousinho de Albuquerque?”⁴⁹. Além disso, seguindo esta linha de raciocínio, outros empecilhos destacados pelo autor seriam as possíveis distorções de uma determinada narrativa já cristalizada:

[...] é sobejamente conhecido que as exigências cinematográficas obrigam a alterações do original para a tela, e tal motiva muitas vezes uma versão nova, que contrasta em absoluto com a idéia que tínhamos sobre determinado assunto. Alguns escritores, se voltassem de novo ao mundo, fugiriam de pavor ao verem correr na tela dos cinemas o espectro dos seus livros, ou melhor dizendo, a alteração das suas obras.⁵⁰

⁴⁸ BSGL - PINTO, Mário da Costa. A Recordação dum herói. In: **Boletim Geral das Colónias**, nº 128. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1936, p. 230-232.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 231.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 230-231.

Observa-se a preocupação excessiva do autor com a permanência da estima que a figura de Mousinho gozava neste contexto. Por último, neste texto também é abordado enquanto um inconveniente a concretização da obra cinematográfica a questão logística e a necessidade de a realização de tal projeto ocorrer em solo africano, pois para Mário da Costa Pinto, a ausência de um cenário apropriado significaria algo vexaminoso. O autor inclusive ironiza uma possível realização do filme em Lisboa:

Diz o periódico que o filme deveria ser feito em Moçambique no próprio lugar da epopeia. Certamente que teria de ser feito lá, porque não se meteria na cabeça de ninguém simular um reino negro no parque Eduardo VII (como já existiu um) e andar depois um esquadrão de cavaleiros a correr atrás dum pretenso pretalhão!...⁵¹

Após listar os motivos pelos quais julgava um grande inconveniente à ideia de transpor a trajetória de Mousinho de Albuquerque em África para o cinema, sobretudo para não o fazer “descer das consagrações oficiais”,⁵² o autor finaliza o seu texto convidando a população portuguesa como um todo a “impôr respeito e silêncio em torno do nome ilustre do grande morto”.⁵³ No entanto, em abril de 1953, na contramão deste artigo, o silêncio cinematográfico é enfim quebrado e *Chaimite - A Queda do Império Vátua* chega finalmente às telas dos cinemas portugueses, depois de longos meses de trabalho.

3.1 - A realização

Nascido em fevereiro de 1910, o cineasta Jorge Brum do Canto teve no salazarismo seu principal e, quase exclusivo, período de atuação profissional, contando sua filmografia com 29 títulos realizados entre os anos de 1929 e 1969 e apenas um título realizado após a queda do regime (SEABRA, 1993, p. 87). Além disso, quando se comprometeu com o projeto de execução de *Chaimite - A Queda do Império Vátua* já gozava em muitos setores do *status* de melhor realizador do cinema português, igualmente, o fato de estar haver um intervalo de sete anos desde seu último lançamento quando da estreia desta obra cinematográfica especificamente, somado a ampla aceitação de temas que envolviam a história recente de Portugal nos cinemas nesta

⁵¹ Ibidem, p. 231.

⁵² Idem.

⁵³ Ibidem, p 232.

altura, proporcionaram uma grande expectativa em torno da realização e conclusão deste trabalho (SEABRA, 1993, p. 92-93).

O Argumento do filme assinado por Jorge Brum do Canto,⁵⁴ documento onde se encontram as descrições detalhadas de cada cena que compõe a obra, data de maio de 1950, contudo há um intervalo considerável, no entanto compreensível, entre a elaboração destes escritos e o começo das gravações. Sobre o início das atividades referentes a esta empreitada, rica documentação que atualmente compõe parte do acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos permite vislumbrar a logística envolvida em tais operações e os pormenores de sua realização.

Em ofício encaminhado por Luiz Pinto Coelho, gerente da Cinal (Cinematografia Nacional Limitada), empresa responsável pela realização do filme ao secretário nacional de informação, cultura popular e turismo, autoridade máxima no âmbito do SNI, foram elencadas uma série de dados essenciais para o entendimento destas questões. Neste ofício de 07 de julho de 1951, o gerente expõe informações que julgou serem “necessárias e convenientes”.⁵⁵ Entre elas, destaca que na metrópole já haviam sido providenciados os trâmites possíveis e que o que poderiam ser administrado em Moçambique através de correspondência, para a recepção de Jorge Brum do Canto e seu assistente, também já havia sido concluído, e que lá já haviam chegado em 05 de junho do ano corrente. Como advogara Mário da Costa Pinto em seu artigo, o filme teria o território africano como cenário natural para as realizações das filmagens. Neste documento ainda é relatado que em escala em Angola, Jorge Brum do Canto teria concluído os trâmites da contratação de técnico para as funções de operador do filme, que já haviam sido iniciados em Lisboa. Além disso, são ainda apresentadas duas listas de contratação, sendo elas de “pessoal artístico” e “pessoal técnico”.

No que diz respeito à contratação dos atores, destaca-se a escolha dos nomes daqueles que virão a desempenhar os papéis de grande relevância dentro da obra, sendo listados na seguinte ordem: Jacinto Ramos (Mousinho de Albuquerque), o próprio Jorge Brum do Canto (Paiva Couceiro), Emilio Correia (António Manuel da Silva) e as personagens que comporão o conflituoso triângulo amoroso: Maria Cristina Lourenço (Maria), Carlos José Teixeira (João) e Artur Semedo (Daniel). Dos técnicos, neste primeiro momento já haviam sido contratados Cesar de Sá, diretor de fotografia, tenente

⁵⁴ ACP - Argumento - *Chaimite - A Queda do Império Vátua* de Jorge Brum do Canto, 1950.

⁵⁵ ANTT/Secretariado Nacional de Informação - Caixa 674 - Processo Nº 27 - Volume 01, p.22-24.

Caetano Montês, conselheiro militar⁵⁶ e Mário Costa, cenógrafo. Listas que posteriormente sofreram expressivas extensões.

Outro aspecto da realização desta produção que merece destaque é o amplo apoio logístico proveniente do Estado português. Ainda neste ofício de Luiz Pinto Coelho, que consiste um excelente exemplo da vasta correspondência trocada entre a Cinal e o SNI presente neste fundo documental, há a menção do material bélico a ser utilizado nas gravações. Este arsenal composto por “[...] volumoso e abundante material de guerra que servirá para a reconstituição dos principais combates: peças de artilharia, metralhadores, espingardas e munições”, juntamente com o restante dos equipamentos de filmagens, segundo o gerente, já haviam sido organizados e estavam prontos para o embarque rumo à África.

Posteriormente a proveniência de todo este material, bem como sua relação com o Estado português, tomam corpo definido nos detalhados relatórios de Júlio Cayolla, intelectual entusiasta do regime que fora delegado pelo SNI para realização do acompanhamento das atividades de confecção desta obra de Brum do Canto, em outras palavras, responsável direto pela censura oficial. Os apontamentos produzidos por Cayolla entre 30 de novembro de 1951 e 25 de fevereiro de 1953, inerentes de suas funções junto a este filme, ajudam a revelar em que medida o Estado Novo empenhou-se em sua colaboração. Ao relatar que houve atraso no início das gravações, o censor aponta como justificativa o extravio do material bélico acima citado que, tendo por destino a sede do governo militar em Lourenço Marques havia sido transportado por engano a Johannesburgo e que sua proveniência não é outra que o Mistério da Guerra de Portugal.⁵⁷

Mais detalhes da relação intrincada e do amplo apoio logístico estatal para a realização deste filme podem ainda ser vislumbrados em correspondência posterior. Quando, por exemplo, se fez necessária à utilização de embarcações específicas para a filmagem de determinadas cenas, o gerente da Cinal as solicitou junto ao Ministério da Marinha, contudo, devido aos longos trâmites burocráticos que se faziam necessários para a sua efetuação, decidiu recorrer ao SNI por considerar “esta a forma mais rápida

⁵⁶ Por mais que a princípio a Cinematografia Nacional tenha efetuado a contratação do tenente Caetano Montês, diretor do Arquivo Histórico de Lourenço Marques, em meados de 1951, quando do estreia do filme em 1953 é o major Vassalo Pandayo que surge como tendo desempenhado as funções de conselheiro histórico e militar.

⁵⁷ ANTT/Secretariado Nacional de Informação - Caixa 674 - Processo Nº 27 - Volume 01, p.18-19.

de actuação, sem agravamento de trabalho ou incómodo seja para quem fôr”.⁵⁸ Tal postura é justificada quando em ofício anterior podemos observar que, desde o início das trocas de correspondência entre a Cinal e o SNI, outro gerente, Luis de Souza Santos, fez questão de mencionar o auxílio que o Estado se propôs em conceder em conversas realizadas ainda antes do início das gravações.

[...] foram entabuladas conversações com S. Exa. O Ministro das Colónias, com o Exmo. Agente Geral das Colónias, etc., contando esta firma com maior apoio dessas entidades, apoio que não será apenas de ordem moral, mas também de vasto auxílio material, na referida provincia, conforme já foi referido no jornal “Notícias”, de Lourenço Marques e em outros periódicos locais.⁵⁹

Além das cortesias realizadas pelo governo, das quais salientamos apenas alguns casos específicos, outro fator importante a destacar é o fato de que *Chaimite - A Queda do Império Vátua* foi um dos filmes beneficiários do Fundo do Cinema Nacional em sua realização. Este Fundo, criado em 1948 definia filme português como sendo aquele falado em língua portuguesa, produzido pelo próprio Estado ou também por empresas localizadas no território nacional e ainda “Ser representativo do espírito português, quer traduza a psicologia, os costumes, as tradições, a história, a alma colectiva do povo, quer se inspire nos grandes temas da vida e da cultura universais”⁶⁰, definindo, segundo Maria do Carmo Piçarra, um padrão cinematográfico a ser promovido, para que só então pudessem gozar de tal apoio. Diante deste contexto, pode-se afirmar que esta legislação “balizou limites para a criação cinematográfica, constringendo os autores a abordar temas que pudessem beneficiar dos apoios do FCN” (PIÇARRA, 2016, p. 46).

O constringimento imposto aos autores de obras cinematográficas pelo Estado Novo, com base na criação deste fundo é inegável, no entanto, ao que tudo indica tal situação não parece ter ocorrido no caso de Jorge Brum do Canto. Jorge Seabra destaca que ao responder inquérito da revista *Plateia* em 1942, Brum do Canto explicita não apenas uma entusiástica familiaridade com o tema das campanhas militares, com ênfase notável na trajetória de Mousinho de Albuquerque, mas também a importância moral que particularmente lhes atribuía.

⁵⁸ ANTT/Secretariado Nacional de Informação - Caixa 674 - Processo Nº 27 - Volume 01, p.21.

⁵⁹ ANTT/Secretariado Nacional de Informação - Caixa 674 - Processo Nº 27 - Volume 01, p.39.

⁶⁰ BNP - Lei nº 2027. **Diário do Governo**. Lisboa, p. 125-127. 18/02/1948.

[...] desde pequeno que sonho com Chaimite – o fecho da nossa abóbada imperial [...] O caso e a figura de Mouzinho impressionam-me muito especialmente, talvez por estarem mais próximos de mim, por serem quase de hoje. O mais alheio e insensível dos portugueses não conseguirá deixar de vibrar por inteiro com a maravilhosa história desse enamorado da morte, guerreiro genial e homem de superior carácter, que foi Joaquim Mouzinho de Albuquerque. Ah! Grande filme, grande lição, grande exemplo – a biografia desse homem extraordinário [...] (SEABRA, 1993, p. 93).

Além de abordar a figura de Mousinho como sendo didática e exitosa no que diz respeito à propagação do amor pátrio, perspectiva que como já destacada anteriormente, representava neste período extremamente cara e essencial ao regime salazarista, Brum do Canto demonstra ainda o anseio de abordar este determinado assunto em uma de suas obras cinematográficas futuras, e aponta os aspectos gerais da forma com que se empenharia em tal projeto.

[...] aproveitaria tudo o que fosse susceptível de lançar luz sobre a personalidade de Mouzinho, desde as obras escritas aos relatos orais dos que ainda vivem e o conheceram e com ele lideram. Não romanearia. A verdade dos factos é de tal maneira grande e de tal forma empolgante que o interesse não poderia diluir-se nem tão pouco apoucar-se (SEABRA, 1993, p. 93).

A realização de *Chaimite* na década de 1950, não deve ser entendida propriamente enquanto uma simples encomenda propagandística específica, própria do Estado Novo, sua constituição é um tanto mais complexa. Pode-se afirmar que é fruto de um projeto particular de Jorge Brum do Canto e que contou com uma longa gestação. No entanto, as relações que permearam sua realização são fatores essenciais para o entendimento do local onde este filme situa-se dentro da lógica da propagação de um discurso ideológico de viés imperial e colonial do regime.

Dentre estas variadas relações, destacamos que a concessão monetária por meio do Fundo do Cinema Nacional, estigmatiza a obra, pois diretamente concede-lhe a chancela de um filme caro ao Estado Novo. Esta predileção torna-se evidente quando avaliado o envolvimento atento do Estado com a execução deste projeto, não apenas com o vasto apoio que dispôs através de instituições que o compunham, bem como os materiais que dispunham e toda a logística empregada tanto na Europa, quanto em África, na concretização desta empreitada. Somado a isso, ainda deve ser considerado o alinhamento ideológico de Brum do Canto com o regime, que viu no FCN não apenas a

possibilidade de realização de um trabalho aleatório, mas de um projeto de um projeto já há muito almejado.

3.2 - *Chaimite* e a propaganda colonial

Ao abordar a viabilidade do cinema enquanto fonte histórica, dentre uma gama de tantas outras contribuições, o historiador Marc Ferro revela aspectos gerais e as possíveis potencialidades de sua utilização. Segundo Ferro “O filme é abordado não como uma obra de arte, porém como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele vale por aquilo que testemunha” (FERRO, 1976, p. 203). É bem verdade que o filme, quando analisado, pode revelar uma série de aspectos que passariam despercebidos numa primeira abordagem, ou ainda, informações que se quer foram inseridas intencionalmente. Tudo isso devido a incrível capacidade que lhe é própria reconhecida por Ferro, a de testemunhar.

Contudo, na análise de filmes não se deve perder de vista a constituição e proposta inicial de seus objetos de análise, que é a de constituir-se enquanto obras de arte que, no entanto, na grande maioria das vezes, não necessariamente encontram-se dispostas a trabalharem com o rigor da pesquisa histórica. Autoriza desta maneira a comporem narrativas próprias que melhor lhes aprouver. Tal percepção, entretanto, geralmente está vinculada a indagação acerca das possíveis funções do cinema, no que diz respeito à defesa de interesses específicos. Assim, Marc Ferro indaga: “Que suposta imagem da realidade oferece [o cinema], a oeste, essa indústria gigantesca, a leste, esse Estado que tudo controla? De que realidade o cinema é verdadeiramente a imagem?” (FERRO, 1976, p. 202), e a partir de tais indagações demonstra magistralmente as grandes dimensões que as obras cinematográficas representam enquanto fontes históricas.

Essas dúvidas, essas questões são legítimas. No entanto a censura está sempre presente, vigilante, e ela se deslocou *da obra escrita para o filme e, no filme do texto para a imagem*. Não é suficiente constatar que o cinema fascina, que inquieta; os poderes públicos e o privado pressentem que ele pode ter um efeito corrosivo; eles apercebem que, mesmo fiscalizado, um filme testemunha. Termina por desestruturar o que várias gerações de homens de Estado, de pensadores, de juristas, de dirigentes ou de professores tinham reunido para ordenar num belo edifício. Ele destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo se tinha constituído diante da sociedade. A câmara revela o funcionamento real daquela, diz mais sobre cada um do que queria

mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticeiros, tira as máscaras, mostra o inverso da uma sociedade, seus *lapusus*. (FERRO, 1976, p. 202) (Grifos do autor).

Para Marc Ferro a capacidade do cinema de testemunhar, mesmo que sem esta intenção marcada, lhe proporciona uma lógica própria, a competência de revelar informações acerca do meio em que foi produzido, muito além do que o discurso presente na narrativa da obra pode querer destacar e promover. De acordo com este raciocínio o cinema, enquanto ferramenta de estudo, encontra-se fora do alcance dos interesses presentes na estância da indústria cinematográfica e até mesmo do rígido controle imposto pelo Estado, mesmo munidos com a maior perversidade da censura e a menor ausência de pudor em tolher as produções.

Todavia, o caso de *Chaimite* é um tanto peculiar. Tanto seus idealizadores, quanto os ávidos responsáveis pelo acompanhamento minucioso do desenvolvimento da obra, delegados pelo Estado português, reconheciam neste filme um potencial caráter didático, principalmente no que tange ao ensino de história. Assim, a linha que separa a tentativa de uma reconstrução histórica (que beira a ingenuidade por pretender-se verdadeiramente realista), do restante da narrativa, não possui contornos nitidamente definidos. Deste modo, por mais que o filme *Chaimite* enquanto produto final constitua-se em uma obra de arte, são as intenções norteadoras de sua realização que interessam a nossa análise.

Ainda na mesma entrevista a revista *Plateia* em 1942, já anteriormente citada, Brum do Canto além de revelar ansiar por abordar a “verdade dos factos” na concepção de filme que tinha em mente, destaca ainda que a grandiosidade do tema dispensaria possíveis floreios e adornos, pois segundo o idealizador “quaisquer deambulações literárias de pura invenção à margem dos sentimentos próprios e das acções autênticas ressobriariam solerte artificialismo e desvirtuariam o valor da verdade incoercível, da verdade imensa e portentosa”. E questiona ainda: “Para que faiscentes oiros americanos de planos rebuscados, a embonitar um tema que não carece de bonitos?” (SEABRA, 1993, p. 93).

Apesar do afirmado, anos mais tarde, quando da elaboração concreta do roteiro do filme, Brum do Canto rende-se e, ao contrário do afirmado anos antes, acrescenta uma história de amor paralela aos acontecimentos militares. Engana-se, no entanto, quem avalia este acréscimo como sendo neste momento de real necessidade na perspectiva de seu realizador, surge apenas para suavizar a densidade do projeto

original. Em entrevista a Jorge Seabra concedida em 14 de dezembro de 1992, Brum do Canto ao ser questionado sobre a contenda amorosa que marca a narrativa do filme, revela: “[...] Foi esse caso de amor que aguentou ver a parte histórica. Porque só o lado histórico não aguentava o espetáculo. Não tinha condições de manutenção do espetáculo” (SEABRA, 1993, p. 169).

Ao eleger uma história de amor com o intuito de tornar a parte da narrativa de cunho pretensamente histórico, mais atrativa, Brum do Canto aponta para existência de uma mensagem a ser divulgada independentemente da atratividade do tema. Esta atitude reitera a perspectiva amplamente difundida não apenas entre os realizadores, ou seja, o próprio Brum do Canto e seus parceiros de equipe no âmbito da Cinematografia Nacional, mas também entre os representantes do Estado Novo junto ao filme, de que a obra significava uma verdadeira reconstituição histórica. Deste modo, os reflexos desta expectativa, quando analisada a documentação, podem ser vastamente identificáveis em seu processo de realização.

Além de contar com um conselheiro histórico e militar para o auxílio da realização das cenas em África, ainda na confecção do argumento do filme, o idealizador dispôs de uma bibliografia constituída por treze títulos de obras contemporâneas, onde se encontram as referências de produções elaboradas por autores que se debruçaram sobre a trajetória de Mousinho e as campanhas militares (títulos que fazem parte do intenso movimento de edições e reedições de obras acerca deste tema durante o Estado Novo), e ainda publicações dos envolvidos nas campanhas, como é o caso do próprio Mousinho, Ayres d’Ornellas e Antonio Ennes.⁶¹

Nos bastidores, como já afirmado anteriormente, a percepção é a mesma. No que diz respeito ao Estado, destaca-se Júlio Cayolla que, ao exercer sua função de censor elaborando relatórios ao SNI, afirmou em ocasião onde já havia analisado a mais 4.000 metros de filme que a “[...] a produção é devedora dos maiores agradecimentos às autoridades competentes de Moçambique, porque em todas as passagens de carácter militar do filme se nota o cuidado e preocupação de reproduzir, tanto quanto possível, a verdade histórica”.⁶² A Cinematografia Nacional por sua vez, através da pessoa de Luis de Souza Santos, também enfatizou o carácter histórico que a obra futuramente viria assumir e, além disso, o gerente ainda revela a procedência do material bibliográfico

⁶¹ ACP - Argumento - *Chaimite - A Queda do Império Vátua* de Jorge Brum do Canto, 1950, p. s/n.

⁶² ANTT/Secretariado Nacional de Informação - Caixa 674 - Processo Nº 27 - Volume 01, p.14.

que vinha sendo consultado por Brum do Canto e seus apoiadores para sua elaboração do filme:

Acontece porém que se pretende dar ao filme forte carácter de autenticidade e de verdadeira reconstituição, o que tem dado lugar a um exaustivo trabalho de pesquisa histórica, baseado principalmente na vasta bibliografia, gentilmente posta à nossa disposição pela Agencia Geral da Colónias.⁶³

Os reflexos deste sentido histórico de cunho didático, bem como das pesquisas bibliográficas realizadas, podem ser identificados ao longo de todo o filme. Estão, dessa forma, presentes nos mais variados pontos da narrativa: a chegada das forças expedicionárias, as manobras militares, o resultado e a desenvoltura das batalhas, as estratégias e negociações, etc. O anseio de atribuir a obra um carácter realista é tão grande, que torna-se amplamente perceptível ao analisarmos a forma com que Brum do Canto lidou com a bibliografia, buscando interiorizar em seus personagens os escritos provenientes do século XIX, sem ressalvas ou críticas, prova disso é que identificou em seu texto apenas a utilização de fontes secundárias: “As frases entre aspas são citações de autores que escreveram sobre a epopeia de Moçambique”, já o restante das informações extraídas das demais fontes foram incorporadas aos diálogos e as construções teóricas das cenas de forma naturalizada e demasiadamente sutil. O resultado desta abordagem não foi outro que não o de iludir o telespectador, tornando impossível dissociar fato de ficção, revestindo seus principais personagens do que se pretendia ser inquestionável autoridade histórica.⁶⁴

Contudo, é na composição das cenas que buscam reconstituir o episódio da prisão de Gungunhana que as relações entre as pesquisas históricas e a versão cinematográfica tornam-se um tanto quanto mais nítidas. Assim, quando a documentação escrita, confeccionada para a composição da obra (destaca-se a lista de diálogos e o argumento), é comparada com o *Relatório sobre a prisão do Gungunhana* de autoria do próprio Mousinho de Albuquerque, uma das obras que compõem a lista de referências bibliográficas do filme, pode-se afirmar que a pretensão de seus idealizadores, foi a de que adquirissem o aspecto de uma verdadeira reconstituição minuciosamente detalhada.

⁶³ ANTT/Secretariado Nacional de Informação - Caixa 674 - Processo Nº 27 - Volume 01, p.39.

⁶⁴ ACP - Argumento - *Chaimite - A Queda do Império Vátua* de Jorge Brum do Canto, 1950, p. s/n.

Assim, dentre os vários exemplos possíveis existentes na confecção teórica da obra, cujas cenas são o produto, o conjunto que compõe o desfecho, ou seja, a prisão do régulo africano são as mais significativas. No entanto, nos ateremos a apenas a determinados fragmentos específicos para demonstrarmos tal relação, com a finalidade de não sermos demasiadamente exaustivos. A partir disso, convém-nos destacar a forma com que Jorge Brum do Canto elaborou certas cenas e falas para dar vida a sua versão da prisão do chefe vátua, que ocorreu após a invasão do aldeamento de Chaimite por Mousinho de Albuquerque e as forças militares sob o seu comando. No argumento, assim foi construído o desfecho da obra:

MOUSINHO chama alto e autoritariamente por duas vezes o GUNGUNHANA perante silencio total. Como ele não apareça, dispõe-se a largar fogo à palhota. Mas o GUNGUNHANA aparece finalmente orgulhoso e de maneiras arrogantes. MOUSINHO manda-lhe atar as mãos atrás das costas e obriga-o a sentar-se no chão como um “matonga”. Os pretos erguem grande alarido de aprovação...⁶⁵

Em consonância com o argumento do filme, os diálogos, que também são assinados por Brum do Canto, foram compostos da seguinte forma:

Mousinho: Onde está o Gungunhana? Gungunhana, Gungunhana. Um archote para incendiar esta palhota. **S. Miranda:** É ele, meu capitão. **Mousinho:** Tens a certeza? **Couto:** Absoluta. **Mousinho:** Não ouviste eu chamar-te? **Gungunhana:** Ouvi. **Mousinho:** Porque não respondeste? **Gungunha:** Porque não me apeteceu. **Mousinho:** Não te apeteceu? Já te vai apeteecer. Atem-lhe as mãos atrás das costas. Dois brancos não, dois pretos. **Intérprete:** Diz que ainda é chefe. **Gungunhana:** Sou chefe sim. Ainda hei de cortar teu pescoço. **Mousinho:** Pouco barulho. Senta-te! **Gungunhana:** Onde? **Mousinho:** No chão. **Gungunhana:** Tá sujo. **Mousinho:** Senta-te! Olha todos manifestam a sua alegria por se verem livres de ti.⁶⁶

Quando em meados da última década do século XIX, no *Relatório sobre a prisão do Gungunhana*, assim Mousinho descreveu o ato realizado por si nos sertões de África, ainda sob os efeitos do calor dos acontecimentos, menos de um mês depois do ocorrido:

⁶⁵ ACP - Argumento - *Chaimite - A Queda do Império Vátua* de Jorge Brum do Canto, 1950, p. s/n. Cena 97.

⁶⁶ ACP - Lista de Diálogos - *Chaimite - A Queda do Império Vátua* de Jorge Brum do Canto, 1953, p. 45-46. (Grifos nossos).

Chamei-o muito d'alto num meio d'um silencio absoluto, preparando-me para lançar fogo á palhota caso elle se demorasse, quando vi sahir de lá o *Regulo Vatua* que os tenentes Miranda e Couto reconheceram logo por o terem visto mais d'uma vez em *Manjacase*. Não se pôde fazer edéa da arrogância com que elle se apresentou e do tom desdenhoso com que respondeu ás primeiras perguntas que lhe fiz. Mandei-lhe prender as mãos atraz das costas por um dos dois soldados pretos e disse-lhe que se sentasse. Perguntou-me onde, e como eu lhe apontasse para o chão, respondeu-me muito altivo que estava sujo. Obriguei-o então á força a sentar-se no chão (cousa que elle nunca fazia), dizendo-lhe que elle já não era *Regulo dos Mangúnis* mas um *matonga* como qualquer outro. Quando o viram sentar, a guerra preta que a esse tempo já se tinha vindo encostar ao lado exterior da pallisada, além dos que tinham trepado ás arvores e ao tecto d'algumas palhotas isoladas que havia no exterior mesmo próximo á pallisada, levantaram grande alarido batendo com as zagaias nas rodellas, em signal d'aplauso e espanto (ALBUQUERQUE, 1896, p. 18).

Na altura em que a narrativa cinematográfica aborda o episódio da prisão de Gungunhana, a tendenciosa pesquisa realizada para a confecção do argumento do filme, bem como a lista de diálogos, é transposta para as telas dos cinemas de forma a tornar incontestemente a bravura de Mousinho de Albuquerque. Toda a cena é elaborada com este intuito, nela o herói militar português de espada em riste põe-se a dar ordens ousadamente ao até então temível régulo Gungunhana, que mesmo relutante a princípio, acaba por ceder diante das vontades do colonizador:

Figura 2 - A prisão de Gungunhana.



Fonte: Cena do filme Chaimite, 1953. Acervo da Cinemateca Portuguesa.

O valor desta cena na totalidade do enredo é gigantesco, e sem dúvida pode ser considerado o ponto mais alto da trama. Possui até mesmo a incrível capacidade de sintetizar em si o próprio título da obra, *Chaimite*, a localidade onde se realizou o feito que na perspectiva colonial portuguesa teve nada menos do que *A Queda do Império Vátua* por consequência. Diante deste quadro representado pela elaboração teórica do filme, com base numa gama de fontes e impulsionado pelo conceito de reconstrução histórica de caráter didático, naturalmente difundido entre esferas que permearam a sua realização, pode-se então afirmar que na confecção de *Chaimite*, Jorge Brum do Canto e seus apoiadores fizeram às vezes do trabalho do historiador, mesmo que em partes fragmentadas e através de um suporte não convencional: o cinema.

Todavia, a desmesurada carga ideológica de cunho colonial que pode ser inclusive vislumbrada já na seleção das obras bibliográficas, bem como a significativa proveniência deste acervo da Agência Geral das Colónias, não descaracteriza a tentativa de exercício da atividade historiográfica por meio das telas dos cinemas, pelo contrário. Marc Ferro reconhece a parcialidade como sendo praticamente inerente ao processo de escrita da história.

Poucos os historiadores, de Otto de Freising a Voltaire, de Políbio a Ernest Lavisse, de Tácito a Mommsen, que, em nome do conhecimento ou da ciência, não estiveram a serviço do príncipe, do Estado, de uma classe, da nação, em suma, de uma ordem ou de um sistema, e que, consciente ou inconscientemente, não tenham sido um sacerdote, um combatente (FERRO, 1976, p. 200).

Não estamos, no entanto, definindo a Jorge Brum do Canto e seus apoiadores na empreitada de realização de *Chaimite* enquanto historiadores, além disso, em hipótese alguma almejaram este objetivo no decorrer do processo. Porém, são várias as intersecções presentes entre a atividade historiográfica e a elaboração do filme, das quais podemos citar o levantamento de fontes e o seu estudo, a confecção de uma nova narrativa, não necessariamente em desacordo com o que antes já havia sido produzido, e incontestavelmente, a defesa de um determinado ponto de vista. Assim, os raciocínios elaborados por Ferro ao discorrer sobre a parcialidade do historiador, pode e devem ser levados em consideração na análise do discurso presente na obra. Diante disso, a indagação pertinente para a compreensão do local delegado a obra junto ao seio do

regime é: em que medida *Chaimite - A Queda do Império Vátua* serviu enquanto uma propaganda colonial no cinema português?

Por mais que, quando da realização e estreia de *Chaimite* nas telas dos cinemas, António Ferro não estivesse mais à frente do Secretariado Nacional de Informação, a Política do Espírito continuava fortemente presente e em pleno exercício, assim, seus reflexos seguramente sentidos no âmbito do cinema nacional. Sendo assim, o simples fato de a este filme ser permitida a sua confecção e exibição em solo português, quando da existência de uma rígida legislação censória em vigor, a princípio de forma lógica, significa que seu discurso não fere os ideais do regime, não sendo possível, contudo, afirmar de imediato que trata-se de uma aberta apologia a ordem vigente. Todavia, o financiamento do Fundo do Cinema Nacional, tendo em visto a série de pré-requisitos impostos para a sua concessão, assinala uma relação de comunhão, mesmo que com ares modestos, entre o Estado português e a obra cinematográfica. Contudo a intensidade desta relação torna-se mais densa, na medida em que os conteúdos e temas abordados no filme justapõe-se aos interesses do Estado Novo.

Ainda na mesma entrevista concedida a Jorge Seabra, o realizador Jorge Brum do Canto quando indagado sobre a existência de um relacionamento seu com o Estado Novo, negou prontamente o envolvimento direto com o regime: “Nenhum. Nenhum, era amigo como sempre fui do Moreira Baptista e pronto, tinha discussões. Só uma vez é que não discuti com o Salazar, todas as vezes que almoçava com o Salazar discutia” (SEABRA, 1993, p. 177). Ao negar um vínculo direto com o salazarismo, Brum do Canto revela uma relação de intimidade com o artífice do regime, o próprio Salazar. Não nos cabe, pois, um julgamento sobre o teor desta negação, contudo, é extremamente compreensível a tomada de tal postura por parte de Brum do Canto, ainda mais num contexto democrático, sobretudo pelas críticas tecidas em torno do autoritarismo característico deste período da história de Portugal.

Entretanto, há de se levar em consideração o fato de que o envolvimento direto entre Jorge Brum do Canto e o salazarismo realmente não tenha existido. Contudo, o inegável alinhamento ideológico presente, sobretudo, nesta obra específica, bem como o anseio de transpor a trajetória de Mousinho para as telas dos cinemas, podem ser indicadores de uma lógica ainda mais sutil, ou seja, tal atitude pode ser considerada enquanto fruto exitoso das ofensivas propagandísticas do regime, no que tange ao conceito de império colonial. Assim sendo, um envolvimento direto de Brum do Canto com o regime de Salazar, ou a ausência deste, torna-se secundário para o entendimento

do significado da obra, o que convém ressaltar é o notório alinhamento ideológico nela presente, que teve por resultado uma clara apologia das práticas coloniais. Para a historiadora Maria do Carmo Piçarra:

Brum do Canto assumiu, porém, a concordância com a «Política do Espírito». No âmbito desta realizou obras que são inegavelmente de autor, mas surgem enquadradas ideologicamente, por via da concordância referida e pela prévia formatação dos filmes, em função dos critérios que eram o crivo para atribuição dos subsídios estatais (PIÇARRA, 2015, p. 104).

Em *Chaimite* especificamente, esta postura condicente de Brum do Canto surge materializada numa série de abordagens de temas caros ao regime e a manutenção do *status quo* das diretrizes estabelecidas pela classe dirigente. Como já afirmado, não trata-se, pois, de uma iniciativa propriamente do governo, ou seja, um filme sob encomenda, no entanto, sua conveniência é latente. Para o historiador Jorge Seabra, o filme não possui um discurso direto proveniente do Estado Novo, como seria o caso de documentários. Contudo, os aspectos particulares que moldaram sua confecção, bem como a ampla receptividade proporcionada pelo regime a obra, contribuíram para torná-la um verdadeiro marco da época (SEABRA, 2011, p. 236).

Assim, os discursos presentes no filme que tem a exaltação das figuras militares caras ao regime, bem como o elogio a ideia de império, que encontram-se diretamente vinculadas com a defesa de sua real manutenção, cedem espaço ainda para outras abordagens, as quais o salazarismo também apresentava acentuado interesse. A historiadora Maria do Carmo Piçarra reconhece no desenvolver do filme, que “Além das figuras dos heróis militares, *Chaimite* tem dois heróis colectivos: o povo e o Exército” (PIÇARRA, 2015, p. 105), ou seja, as abordagens heroicas do povo e da desenvoltura do exército constituem-se enquanto terrenos férteis para desenvolvimento de outros tantos distintos apelos.

No que diz respeito ao povo, apercebe-se rapidamente a apologia da colonização e do cultivo da terra. Algo que, de acordo com o historiador Jorge Seabra, pode ser considerado como sendo um tema dominante do enredo.

Na temática filmica existem alguns assuntos dominantes que assumem uma força decisiva na caracterização da sua obra cinematográfica. Como o próprio cineasta já afirmou, o «apelo a terra e do povo» é aí uma «característica fundamental» (SEABRA, 2011, p. 237).

Assim sendo, ainda nas cenas iniciais, é apresentado ao telespectador o cotidiano dos colonos já adaptados à vida na então colônia, desenvolvendo não apenas atividades agrárias, mas também as de comércio. Exemplo desta almejada relação com a terra é o fragmento do primeiro diálogo entre os personagens Maria e Daniel, que foi sintetizado posteriormente numa única frase estigma desta história, por revelar o íntimo desejo de realização pessoal e financeira do futuro casal, sendo exaustivamente repetida no decorrer da narrativa: “**Daniel:** É verdade, é. Uma casa no mato, assim ao pé de um ribeiro... **Maria:** ... com terrenos à roda para cultivar”.⁶⁷

Ainda neste sentido de desenvolvimento agrário e comercial, o casal vai protagonizar outras etapas deste processo. Daniel tem o seu café *Chai-Chai* convertido em restaurante também no início da trama, com o intuito de atender a demanda das tropas expedicionárias portuguesas recém-chegadas a Lourenço Marques, e que posteriormente é transformado num hotel. O desfecho, porém, desta clara incitação à colonização, dá-se após a prisão de Gungunhana e a ambicionada pacificação da província na perspectiva do colonizador, quando os personagens Maria e Daniel casam-se e vão desbravar a terra, estabelecendo os alicerces do que futuramente viria a tornar-se uma pequena cidade.

Chaimite termina com um incitamento à colonização da terra. O facto é que, nos anos 50 do século XX - como no fecho do século XIX, embora por motivos diferentes - Portugal sente-se pressionado para fazer a ocupação do território africano que não realizara anteriormente (PIÇARRA, 2015, p. 106).

Dessa forma, pode-se então afirmar que a necessidade de estabelecimento de mão de obra em terras portuguesas em África, inerente da política nacional e colonial do Estado Novo, contemporânea a Jorge Brum do Canto, surge em sua obra de forma readaptada, contudo, norteadas pelo mesmo sentido. Este apelo pode ser considerado intrínseco do Estado Novo ao ponto de fazer parte de sua essência, pois segundo a historiadora Patrícia Vieira, o objetivo final da colonização na perspectiva salazarista “[...] é a transformação das províncias ultramarinas numa réplica da metrópole, o que se concretizaria não só pela força mas através de uma transposição da sociedade agrária portuguesa para África” (VIEIRA, 2011, p. 171). É neste sentido que o enaltecimento

⁶⁷ ACP - Lista de Diálogos - *Chaimite - A Queda do Império Vátua* de Jorge Brum do Canto, 1953, p. 09. (Grifos nossos).

do povo, através do filme, sobretudo o do seu trabalho, é útil ao governo. Assim, mais uma vez passado e presente mesclam-se no decorrer da narrativa de forma perspicaz.

Como destacado por Maria do Carmo Piçarra, além da abordagem dos já mitificados heróis das campanhas do século XIX, paralelo à exaltação do povo e sua almejada função na colonização, encontra-se também o elogio ao exército português. Esta iniciativa, contudo, não deve ser caracterizada como sendo uma simples promoção da imagem desta instituição. Ao tecer este enaltecimento no enredo, Jorge Brum do Canto mostra-se alinhado, uma vez mais, aos ideais do salazarismo, já que sua análise pode revelar a dimensão de um conjunto de ideias pré-estabelecidas na sociedade portuguesa da altura acerca de África e dos africanos.

De tal modo, a pré-disposição dos portugueses para o cultivo da terra, representada no filme, que está intimamente relacionada a uma almejada ideia de docilidade, dá espaço a valentes medidas energéticas encabeçadas pela plêiade de heróis militares que encontram-se a frente das tropas, quando do surgimento dos conflitos, sobretudo Mousinho de Albuquerque. Em um local totalmente oposto ao do que os civis e militares portugueses são apresentados em valorosos contornos, os africanos são retratados como sendo bárbaros e extremamente desorganizados, e exemplo disso são as derrotas protagonizadas pelos nativos frente aos colonizadores, mesmo que suas forças contassem com uma maioria extremamente desproporcional (VIEIRA, 2011, p. 164).

Igualmente, por mais que a superioridade bélica dos colonizadores esteja evidente ao longo do filme, as vitórias do exército português são retratadas como estando vinculadas ao providencialismo divino, assim:

Estas vitórias são significativamente interpretadas em Chaimite como milagres que atestam o mandato divino dos colonizadores para governar a população nativa e não como resultado da posse de melhor armamento e mais avançadas técnicas de combate (VIEIRA, 2011, p. 164).

Observa-se ainda, sobretudo no que no diz respeito às contendas entre nativos e colonos que resultaram em conflitos armados, um discurso por parte dos idealizadores da obra que a todo custo busca deslegitimar a revolta dos colonizados e seus ataques aos europeus, pois incessantemente exprime a ideia de superioridade entre os diferentes povos (VIEIRA, 2011, p. 163), apresentando aos espectadores as supostas necessidades inerentes ao processo de colonização. Em linhas gerais, pode-se afirmar que os nativos africanos são representados neste filme de forma simplista como pertencendo a dois

grupos: de um lado encontram-se os assimilados totalmente submissos, do outro estão os revoltosos, violentos por essência e que não conseguem reconhecer as benesses da subordinação.

Entretanto, este manifesto alinhamento de Brum do Canto com os anseios do salazarismo, não significa, contudo, que a ardilosa censura não exerceu o seu papel junto ao filme, como já destacado anteriormente. Existe uma série de modificações fruto dela que marcaram a produção da obra e que podem ser facilmente vislumbradas: “Uma análise comparada entre a versão do guião depositada no ANTT e o filme revela que foram eliminadas as cenas que os africanos discutiam os planos de ataques e que as cenas militares com portugueses sofreram adaptações” (PIÇARRA, 2015, p. 107). Brum do Canto afirma ainda que alterações tiveram que ser feitas em certos detalhes da história de amor, a retirada da cena em que Paiva Couceiro esmurraria três jornalistas estrangeiros também encontra-se entre as denúncias do realizador, tal como a exclusão da cena que representaria a negociação dos termos de rendição do Gungunhana entre o comissário régio da Província e o próprio régulo africano (PIÇARRA, 2015, p. 107).

Os relatórios de Júlio Cayolla também depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo mostram diversos detalhes da censura e as dimensões que assumiu ao longo do processo. Em peculiar ocasião, em um de seus relatórios destinados ao SNI o censor registrou: “Como verifiquei que havia modificações no guião superiormente aprovado, pessoalmente manifestei a minha estranheza, pois essas modificações não tinham sido autorizadas por V.Exa. . Pedi que me indicassem quais tinham sido”.⁶⁸ Por mais que a produção estivesse sob as rédeas curtas da avaliação do Estado, há no entanto que se destacar, que em linhas gerais, a censura exercida junto a *Chaimite* assume caráter quase exclusivamente burocrático.

Os relatórios e as intervenções de Cayolla resultaram em modificações, é verdade, todavia, estas alterações não interferem no sentido que o realizador queria atribuir ao filme e não geram maiores atritos ou desconfortos. O que se observa na execução da censura, é uma tentativa de aprimoramento de uma abordagem da qual já existia prévia concordância entre o Estado e a Cinematografia Nacional. Assim, a escolha por parte do SNI de Júlio Cayolla para a execução da atividade de monitoramento, pode ser considerada como sendo sintomática do sentido imperial ambicionado em ser representado na obra. Além de ser uma figura cara ao regime e que

⁶⁸ ANTT/Secretariado Nacional de Informação - Caixa 674 - Processo Nº 27 - Volume 01, p. 03.

já estivera inclusive à frente da Agência Geral das Colónias, Cayolla publicou em 1944 um artigo intitulado “A propaganda colonial como elemento de formação duma consciência imperial”⁶⁹ no Boletim Geral das Colónias onde, como o próprio título indica, faz uma defesa do emprego da propaganda colonial que, posteriormente poderá ser identificada em suas atividades enquanto censor de *Chaimite*, ocasião em que pôde aprimorar com esmero o alinhamento entre o discurso de Brum do Canto com os anseios do salazarismo, podendo desta forma diminutas arestas.

Diante deste quadro, prova do recebimento da chancela de filme útil às políticas coloniais são as medidas tomadas pelo Estado português após sua finalização que o laureiam como tal. A estreia do *Chaimite* em 04 de abril de 1953 no cinema Monumental pode ser caracterizada enquanto uma verdadeira solenidade, pois contou com a presença de uma série de autoridades, cuja comitiva contava com vários ministros de Estado. Além disso, teve também a seu serviço uma nota informativa do SNI publicada em diversos periódicos que destacava a importância do tema abordado no filme, bem como a suposta necessidade que teriam os portugueses em assisti-lo. Além disso, a penetração comercial do filme não limitou-se a metrópole, sendo a obra exibida também nas colônias (VIEIRA, 2011, p.161). Todo este conjunto de iniciativas oficiais podem ser tomadas como prova do interesse dos dirigentes estatais na difusão do seu conteúdo.

Outro dado importante apresentado pelo historiador Jorge Seabra, aborda a longa incidência e circulação deste filme nas salas de cinema portuguesas, das colônias africanas e até mesmo no Canadá, período compreendido entre os anos de 1953 e 1969 (SEABRA, 2011, p. 236). Este longo período é ainda acompanhado pela constante atenção concedida por parte do regime a esta obra, cujo intuito de fazê-la repercutir é tamanho, ao ponto de *Chaimite* ter sido o primeiro filme português a ser exibido na televisão em Portugal, quando do início das transmissões (FLORENTINO; PIÇARRA, 2019, p. 217). Entretanto, sua exibição não limitou-se a fins comerciais, neste contexto o Estado Novo fez ainda ampla utilização do filme em determinadas ocasiões comemorativas específicas.

Após o ano de estreia, *Chaimite* continuou a ser apresentado em iniciativas militares e culturais do Estado Novo, que incluíram a

⁶⁹ BSGL - CAYOLLA, Júlio. A propaganda colonial como elemento de formação duma consciência imperial. In: **Boletim da Agência Geral das Colónias**, nº 228. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944, p. 22-32.

comemoração de datas oficiais como a subida ao poder de Salazar, o Dia da Revolução Nacional ou o Dia de Portugal (VIEIRA, 2011, p. 161-162).

O reconhecimento por parte do Estado português fez-se também na forma de atribuição de prêmios cinematográficos. O filme foi galardoado com o Grande Prémio do SNI e o ator Emílio Correia que interpretou o personagem António, foi distinguido ainda com o Prémio para o Melhor Actor (VIEIRA, 2011, p. 161). Toda a postura do Estado em relação à realização e posteriormente a concessão de prêmios, acabam por revelar a sua aprovação publicamente, bem como o anseio da utilização da obra e todo o arsenal ideológico indissociável de seu conteúdo, enquanto uma propaganda colonial no cinema português.

Ao serem estabelecidas as conexões de *Chaimite* com o Estado Novo, bem como o teor de tais relações, surge por fim a reflexão acerca da eficiência deste conjunto de conceitos presentes no filme, que podem ser caracterizados enquanto propaganda salazarista. Tal avaliação é pertinente, pois de um lado encontra-se os anseios do regime convertidos em projeto propagandístico e a sua materialização neste filme, no outro o possível êxito, ou a falta deste, na penetração deste discurso na sociedade portuguesa da altura.

A historiadora Maria do Carmo Piçarra, quando indagada em entrevista acerca da existência do sucesso por parte do Estado Novo na disseminação da propaganda colonial por via do cinema, reconhece-o enquanto realidade.

Sem dúvida. Parte significativa do que se considera a identidade portuguesa - ou que os portugueses consideravam ser a sua identidade - foi forjada no âmbito de um revisionismo histórico promovido consciente e ativamente pelo Estado Novo, sobretudo durante o período da “política do espírito” de António Ferro (FLORENTINO; PIÇARRA, 2019, p. 216).

Assim, podemos afirmar que, sem dúvida, este filme enquanto propaganda colonial ajudou na reiteração e na construção, de certa forma artificial, do ser português. Isso, ao abordar temas corriqueiros e caros a esta sociedade que, já estigmatizada como tendo uma vocação agrária e colonizadora, permeada ainda por uma essência pacífica, através de ideias construídas, sobretudo em gabinetes e que não são sustentam-se quando postas sob o crivo da pesquisa histórica e da análise social, mas que no entanto, encontravam-se reproduzidas sem pudor nos mais variados discursos de Estado.

Todavia, acreditamos que para além da contribuição reafirmação de uma imagem delirante de supostas características próprias da sociedade portuguesa, *Chaimite* contribui para a promoção do Estado Novo ao pintar os temas relacionados ao império colonial com cores enaltecidas e acrílicas. Tal fator deve-se principalmente ao fato de sua elaboração utilizar-se largamente do culto dos heróis militares das campanhas militares em África do final do século XIX, tema que devido à especial atenção dedicada pelo regime ganha ares peculiares e que lhe conferem o *status* de indissociável da ideologia salazarista. Assim, ao promover o elogio das práticas coloniais, tanto do passado, como as contemporâneas a si, *Chaimite* tece também um elogio às políticas coloniais do Estado Novo.

3.3 - O contexto internacional

A objetiva utilização de *Chaimite* enquanto um meio difusor da propaganda colonial salazarista reconhece, como já abordado anteriormente, a sociedade portuguesa como sendo seu alvo. Todavia, as tensões latentes no quadro representado, sobretudo pelas políticas internacionais pós Segunda Guerra Mundial, altamente debatidas na altura, sugerem a possibilidade de que o público alvo ambicionado pelo Estado Novo pudesse ser ainda mais amplo, numa escala internacional. Assim, para uma maior compreensão do contexto, há de se levar em consideração as medidas tomadas pelo governo, pois este quadro conflituoso repercutiu na administração interna portuguesa de vários modos. Contudo, o historiador Fernando Tavares Pimenta, destaca que as feições destas iniciativas são de cunho quase exclusivamente estético:

Após 1945, Salazar, antecipando a pressão anticolonial das instâncias internacionais, em especial da ONU, realizou algumas modificações no quadro jurídico do colonialismo português. A Revisão de 1951 incorporou o Acto Colonial na Constituição Portuguesa, com o título “Do Ultramar Português”, enquanto a Carta Orgânica do Império Colonial Português foi substituída pela Lei Orgânica do Ultramar. Foi uma transformação sobretudo estética, ou seja, de terminologia: as expressões “Império Colonial Português” e “Colónias” foram substituídas por “Ultramar Português” e “Províncias Ultramarinas Portuguesas”. (PIMENTA, 2014, p. 252).

Dentre as modificações das terminologias, podemos destacar um caso em particular que demonstra esta atitude por parte do governo português, realizada nos anos seguintes, que na prática tinha por objetivo despistar a atenção internacional voltada ao

exercício português da política colonial, ou ainda atribuir a esta perspectiva contornos mais atrativos. Assim, o extenso Decreto que em 1932, através do Ministério das Colónias, estabelece a criação da Ordem do Império Colonial, com o intuito de “[...] premiar e galardoar os serviços prestados nas colónias por cidadãos ou corporações nacionais e estrangeiros”,⁷⁰ vê-se bruscamente alterado em 1957 por outro Decreto.⁷¹ Observa-se a diferença diametral entre ambos os textos legislativos, enquanto o primeiro é extenso, cheio de detalhadas sessões e contém um claro elogio as práticas coloniais, o segundo é demasiadamente curto e direto, limitando-se ao seu objetivo de modificação da nomenclatura, assim, tendo por essência um breve texto: “[...] que a Ordem do Império Colonial, criada pelo Decreto n.º 21 084, de 13 de Abril de 1932, passe a ser designada por «Ordem do Império»”, sem maiores justificativas.

Todas estas modificações encabeçadas pelo Estado Novo na década de 1950, cujo objetivo é o de mascarar as reais feições de suas políticas coloniais, surgem enquanto resposta direta as pressões exercidas pela Organização das Nações Unidas. O pressionamento da ONU sobre Portugal dá-se com base na sua certidão de nascimento, ou seja, a Carta das Nações Unidas de 1945, que em seu Artigo 73 estabelece que os membros da Organização que “[...] assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos [...]”⁷² sejam responsáveis por assegurar uma série de medidas para com as populações nativas, com destaque ao que julgavam ser o desenvolvimento das capacidades destas mesmas populações, com o intuito de que pudessem futuramente estabelecer governos próprios.

As discordâncias entre o governo de Portugal e a ONU no que diz respeito à administração de suas colônias em Ásia e África resultaram num verdadeiro litígio entre as instituições, cuja materialização pode ser identificada em suas relações de aproximações e distanciamentos. Exemplo disso encontra-se, já no início das relações, pois ainda em 1946 a entrada de Portugal para a Organização é vetada pela URSS, dessa forma, a reversão de tal procedimento “[...] só se verificou em 14 de Dezembro de 1955, através do *package deal* que permitiu superar o beco sem saída a que haviam chegado Ocidente e Leste quanto à admissão de novos membros” (SILVA, 1995, p. 5).

⁷⁰ BNP - Decreto nº 21:084. **Diário do Governo**. Lisboa, 1932, p. 601-603. 13/04/1932.

⁷¹ BNP - Decreto nº 16 480. **Diário do Governo**. Lisboa, 1957, p. 1215. 25/11/1957.

⁷² ONU. Carta das Nações Unidas. 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/> - Acesso em 04 de maio de 2019.

Além disso, esta turbulenta e instável conexão pode ser observada na troca de mensagens entre ambas as instituições, quando da entrada de Portugal para o grupo de países membros. Respeitando os trâmites internos, em 24 de fevereiro de 1956, o secretário-geral da ONU encaminhou ao governo português e aos dos demais países recém-admitidos uma carta com seguinte pergunta: “«se administra territórios que entrem na categoria indicada no artigo 73.º da Carta?»” ao passo que a resposta elaborada Salazar e pelo ministro do Negócios Estrangeiros vem apenas oito meses depois: “«Portugal não administra territórios que entrem na categoria indicada no artigo 73.º da Carta.»” (SILVA, 1995, p.5). O conteúdo da resposta bem como sua brevidade abre espaço para interpretações. Há de se levar em consideração que o governo, em prática corrente na altura, estivesse afirmando que Portugal não possuía colônias no sentido problemático a que a palavra se refere, mas que se tratava de uma nação pluricontinental, de acordo com a historiadora Maria do Carmo Piçarra “Ao conceito de império sucede o de nação pluricontinental em que todos os territórios são Portugal e constituem a Nação” (PIÇARRA, 2016, p. 50). Pode-se ainda considerar que o governo simplesmente não estivesse de acordo com a abordagem da ONU acerca deste conteúdo, ou até mesmo ambos os casos. Todo este quadro revela tensões na política internacional defendida pelo Estado Novo até então.

Com base neste contexto, torna-se compreensível um possível o apelo salazarista a propaganda colonial a nível internacional, tendo o cinema como canal difusor. Entretanto, a estratégia de propaganda internacional constitui uma novidade, a participação de Portugal nas exposições coloniais internacionais, já aqui destacadas, é uma prova da tentativa de promoção deste discurso. Além disso, a preocupação do governo com a visão internacional acerca de suas políticas colônias é reiterada e expressa ainda em 1933, no Decreto que marca a criação do então SPN. Dentre as funções da instituição estabelecidas no texto legislativo, destaca-se:

Promover a realização de conferências em vários centros mundiais por individualidades portuguesas e estrangeiras; fortalecer o intercâmbio com jornalistas e escritores de grande nomeada; elucidar a opinião internacional sobre a nossa acção civilizadora e de modo especial sobre a acção exercida nas colónias e o progresso do nosso Império Ultramarino [...].⁷³

⁷³ BNP - Decreto nº 23:054. **Diário do Governo**. Lisboa, 1953, p. 1675-1676. 25/09/1933.

A entrevista de Jorge Brum do Canto concedida ao historiador Jorge Seabra, nos ajuda ainda a compreender os aspectos e a postura do governo português da década de 1950, para com o contexto internacional, bem como a importância que lhe reconheceu esta instituição. Ao denunciar a censura em *Chaimite*, particularmente na cena em que Paiva Couceiro os jornalistas estrangeiros, Brum do Canto revela “E veja lá, que uma das coisas que me proibiram, que era a tereia que Paiva Couceiro dava nos três jornalistas estrangeiros, dois ingleses e um alemão [...]”. Quando indagado sobre a origem da proibição, o realizador aponta como sendo o governo e o próprio ministro da Educação, pois “Não podia ser, porque ia levantar muitos atritos internacionais” (SEABRA, 1993, p. 183).

Inegavelmente as contendas internacionais refletem-se na produção final do filme, sobretudo no que diz respeito ao cuidado em evitar maiores transtornos, tendo em vista possíveis interpretações que poderiam ser feitas a nível internacional. Contudo, acreditamos que a influência do contexto internacional sobre *Chaimite* não limitou-se a esquivos e precauções. Assim, outra atitude da censura que mostra-se sintomática a proibição da cena que retrataria as negociações dos termos de rendição entre Gungunhana e o comissário régio da Província de Moçambique. Com base neste corte em específico, a historiadora Maria do Carmo Piçarra articula a seguinte questão:

A suspensão da filmagem, mesmo que por motivos de economia narrativa, teria subjacente a afirmação de que Portugal não negociava – nem com os africanos, nem com a ONU – aspectos sobre os quais não admitia o questionamento da sua soberania? (PIÇARRA, 2015, p. 108).

A possível mensagem incutida por trás desta alteração do trabalho original revela os contornos da percepção do governo português acerca das contendas internacionais. Todavia, acreditamos que a realização de *Chaimite* neste contexto foi repleta de significados na percepção do Estado Novo. Em ofício de 30 de março de 1950, encaminhado para o secretário nacional de informação, Luís de Souza Santos, gerente da Cinematografia Nacional, logo no início das correspondências entre as instituições arquivadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, aponta para as influências do campo da política externa que estariam presentes ao longo da futura realização do filme:

Como a actual situação internacional exige que se não oculte a acção dos portugueses no mundo através [d]os tempos, e como por outro lado, consta haver mais entidades interessadas neste assunto, sem que se ofereçam as garantias de idoneidade indispensável a motivo de tal envergadura, vem a CINAL, por esta forma, marcar a sua actual posição e esclarecer V .Exa. sobre as futuras intensões no que respeita à produção de “CHAIMITE”.⁷⁴

Consonante a propaganda a nível interno e destinada as colônias acerca das políticas coloniais portuguesas, o conjunto de evidências nos leva a crer que a propaganda colonial a nível internacional permeou toda elaboração da obra. O contexto conflituoso das relações externas em que o governo português está inserido, associado aos alvos da censura, mas especificamente o corte e a readaptação de cenas que poderiam ter uma interpretação ambígua no que diz respeito às relações com estrangeiros, indicam isso. Por sua vez, as palavras de Luís de Souza Santos a autoridade máxima no âmbito do SNI, confirmam este raciocínio: desde o início da sua elaboração o filme *Chaimite* enquanto obra foi interpretada como tendo um papel fundamental na disseminação da propaganda colonial portuguesa das políticas adotadas, sobretudo em África, tanto a nível interno, representado por Portugal e suas colônias, quanto externo, tendo as pressões da ONU como alvo.

⁷⁴ ANTT/Secretariado Nacional de Informação - Caixa 674 - Processo Nº 27 - Volume 01, p. 30.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho se procurou evidenciar os usos do passado para o enaltecimento do presente. Esta abordagem, de forma geral, certamente que não representa mais uma grande novidade, no entanto, isso não significa que suas possibilidades foram esgotadas. Dessa forma, nossa contribuição encontra-se no mapeamento da utilização desta prática em distintos momentos da história contemporânea de Portugal, onde emergem tentativas de consolidação de um império africano, com feições muito semelhantes entre si.

Acreditamos ainda que a eleição de *Chaimite - A Queda do Império Vátua* enquanto objeto central de análise se provou uma decisão acertada, pois por tratar-se de uma produção do período de vigência do Estado Novo, cujas campanhas militares em África do final do século XIX e a prisão de Gungunhana por Mousinho de Albuquerque representam o tema central, possibilitou um valioso acesso a perspectiva amplamente difundida na altura sobre os temas abordados em seu roteiro. Sem dúvida, a utilização deste filme nos permitiu demonstrar que as obras revelam muito mais informações acerca do contexto em que foram produzidas do que sobre os momentos que buscam retratar.

Todavia, por mais que o problema principal da pesquisa tenha sido entender os usos do passado pelo Estado Novo, direcionar nosso olhar para este passado propriamente dito tornou-se essencial para o desenvolvimento do nosso trabalho. A partir dessa iniciativa identificamos um processo muito mais sutil e astuto do que poderia ser esperado a princípio, que não contou apenas a reprodução de símbolos e elementos da história nacional para ornar o sua situação de legitimidade e prestígio.

A estrutura e a lógica da utilização dos usos do passado pelo Estado Novo português, de seu estabelecimento com o colapso da Primeira República até meados do século XX, revelam a prática de um projeto amplamente amadurecido e não a utilização aleatória de insígnias nacionais. Quando, no salazarismo, o governo português volve seu olhar, através de instituições designadas a isso, para o contexto das famosas campanhas militares em África, seu motivo não é apenas o de eleger heróis e narrativas gloriosas para a ornamentação do seu próprio discurso colonial, por mais que inegavelmente o tenha feito. Esta iniciativa é ainda mais engendrada pela ausência de ineditismo em sua elaboração, pois observar-se a tentativa de reprodução, uma verdadeira releitura da lógica posta em prática e certificada ainda em finais do século XIX, onde o culto das

práticas coloniais resultou em reflexos diretos em sua aceitação e delegavam credibilidade aos seus idealizadores.

No entanto, destaca-se ainda que utilização do passado no regime de Salazar possui um aspecto mais severo. Além de contar com um arsenal teórico com base no exemplo das iniciativas anteriores, o Estado Novo contou ainda com uma gama de meios para a reprodução do seu discurso imperial e do elogio às práticas coloniais. Contudo, não apenas a maior circulação de informações inerentes deste contexto contribuiu na divulgação de sua abordagem e ideologia. Somado a isso encontram-se o exercício de larga influência ou mesmo o controle direto, representando as instituições criadas ou modificadas pelo regime, nomeadamente a Agência Geral das Colónias/Ultramar (AGC/AGU) e o Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SPN/SNI), seus bastiões.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que nossa análise nos permitiu identificar um fator essencial para a emergência do discurso imperial em Portugal: um cenário internacional turbulento. No caso do contexto das campanhas em África que resultam na prisão de Gungunhana e no primeiro processo de mitificação da figura de Mousinho de Albuquerque, podemos considerá-lo como sendo uma resposta que se pensou estar à altura das contestações internacionais acerca das possessões ultramarinas portuguesas. Durante o Estado Novo a figura de Mousinho ganha novos ares desde o princípio de sua implantação e encontra-se lado a lado ao elogio das práticas coloniais como um todo, no entanto, sua maior utilização se dá em *Chaimite - A Queda do Império Vátua* em 1953, contexto em que as práticas coloniais e o direito sobre as possessões ultramarinas portuguesas voltam a ser questionadas, sobretudo pela ONU.

Mais uma vez *Chaimite - A Queda do Império Vátua*, enquanto fonte histórica demonstra seu grande potencial. Representa as adequações que o discurso colonial sofreu durante o salazarismo, sobretudo no que diz respeito aos meios de veiculação de suas mensagens, pois além de sua produção estar diretamente associada às instituições governamentais destinadas a disseminação da propaganda, representa uma grande novidade para o culto da figura de Mousinho: sua adaptação para as telas dos cinemas. O contexto em que sua realização ocorre também é revelador, pois enquadra-se na lógica da utilização do passado, indissociáveis do elogio as práticas coloniais, na tentativa de elevar a aceitação do regime a nível interno, ao passo que busca contrapor a opinião internacional.

Nossa leitura acerca do filme nos permitiu ainda um aprofundamento sobre a complexidade de sua constituição. Como ressaltado no título desse trabalho, abordamos a obra enquanto uma propaganda colonial no cinema português, contudo, buscamos fugir de visões esquemáticas e reducionistas. Não necessariamente por ser uma obra produzida no seio do Estado Novo deve ser compreendida como sendo uma produção cara ao regime, sobretudo por não constituir-se enquanto uma iniciativa própria do governo. Chegamos a essa conclusão de que este filme caracteriza-se enquanto propaganda colonial através de ponderações várias, pela análise do discurso presente no enredo, por meio das seleções de narrativa, a concessão do protagonismo a colonização portuguesa, o *status* que Mousinho de Albuquerque e as campanhas militares gozavam no momento, etc.

Considerar *Chaimite - A Queda do Império Vátua* enquanto uma propaganda colonial no cinema português é acertado, no entanto, tal consideração deve ser feita somente sob a luz de uma análise apurada, pois por mais que a princípio a questão possa suscitar certo grau de obviedade, sua constituição é um tanto mais complexa. Jorge Brum do Canto, nas oportunidades que teve, negou veementemente ter envolvimento direto com o Estado Novo e compromisso com a sua promoção, no entanto, possuía perspectivas sobre Mousinho, as campanhas em África e a colonização portuguesa, que transparecem no filme estando totalmente alinhadas ao regime, corroborando assim com a ideologia de Estado. O envolvimento do idealizador e realizador da obra com o regime não é direto, tampouco a necessidade em promover suas práticas coloniais, mas o alinhamento de perspectiva, bem como sua compreensão e predileção por determinados temas que emergem na obra, podem ser considerados ainda como sendo o sucesso do projeto de propaganda colonial arquitetado pelos ideólogos do Estado Novo, desde sua inicial elaboração.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBUQUERQUE, Mousinho de. **O Exército nas Colônias Orientais**. Lisboa: Minerva Commercial, 1893.
- _____. **Moçambique 1896-1898**. Lisboa: Manoel Gomes Editor, 1899.
- ALEXANDRE, Valentim. A África no imaginário político Português (séculos XIX-XX). **Penélope: Revista de História e Ciências Sociais**, Lisboa, n. 15, p.39-52, 1995.
- _____. **A Questão Colonial no Parlamento (1821-1910)**. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2008.
- _____. Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. **Análise Social**, Lisboa, v. 28, p.1117-1136, 1993.
- _____. O império português (1825-1890): ideologia e economia. **Análise Social**, Lisboa, v. 38, p.959-979, 2004.
- ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (Org.). **Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano 1825-1890**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BRETES, Maria da Graça. A Arqueologia de um Mito: A Derrota de Gungunhana e sua Chegada a Lisboa. **Penélope: Fazer e desfazer história**, Lisboa, n. 2, p.76-95, 1989.
- CATROGA, Fernando. Salazar e a ditadura como regime. **Cercles. Revista D'història Cultural**, Barcelona, p.110-140, 2011.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Caricaturas da África: a Partilha da África pela imprensa ilustrada de Lisboa. **Outros Tempos**, v. 13, n. 22, p.192-207.
- D'ORNELLAS, Ayres. **Cartas D'Africa: Campanha do Gungunhana 1895**. Lisboa: Escola Tipografica das Oficinas de S. José, 1930.
- ENNES, Antonio. **A Guerra d'Africa em 1895: Memórias**. Lisboa: Typographia do «Dia», 1898.
- FERNANDES, Paulo Jorge. O fim do Império Virtual. A África Oriental portuguesa e as representações do domínio colonial na metrópole (1878-1898). In: NASCIMENTO, Augusto; ROCHA; RODRIGUES, Aurélio E; EUGÉNIA. **Moçambique: relações Históricas Regionais e com Países da CPLP**. Maputo: Alcance, 2011. p. 83-107.
- _____. **Mouzinho de Albuquerque: Um soldado ao serviço do Império**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998.

FLORENTINO, Luiz Felipe; PIÇARRA, Maria do Carmo. Censura e Propaganda no Cinema do Estado Novo Português: Uma entrevista com Maria do Carmo Piçarra. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 41, p.211-219, 2019.

GARCIA, José Luís Lima. A Agência Geral das Colónias/Ultramar e a propaganda no Estado Novo (1932-1974). **A Cultura do Poder: a propaganda nos estados autoritários**, Coimbra, p.345-366, 2016.

_____. Mousinho de Albuquerque e o Aprisionamento de Gungunhana em Chaimite. **Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda**, Guarda, v. 2, n. 5, p.117-131, 2008.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Montevideo: Ediciones Tilce, 2008.

PAULO, Heloísa. **Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: O SPN/SNI e o DIP**. Coimbra: Minerva História, 1994.

PIÇARRA, Maria do Carmo. **Azuis Ultramarinos: propaganda colonial e censura no cinema do Estado Novo**. Lisboa: Papelmunde, 2015.

_____. O Império contra-ataca: A produção secreta de propaganda feita por estrangeiro para projecção internacional de “Portugal do Ultramar”. **Media & Jornalismo**, Coimbra, v. 16, n. 29, p.43-59, 2016.

PIMENTA, Fernando Tavares. O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). **História**, São Paulo, v. 33, n. 02, p. 250-252, 2014.

SEABRA, Jorge. **África Nossa: O Império Colonial na Ficção Cinematográfica Portuguesa 1945-1974**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

_____. **Cinema Império e Memória no Estado Novo: O caso de Chaimite de Jorge Brum do Canto**. 1993. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.

_____. Imagens do Império. O Caso de *Chaimite* de Jorge Brum do Canto. In: TORRAL, Luís Reis, (Org.). **O Cinema sob o Olhar de Salazar**. Lisboa: Temas e Debates, 2011, p. 235-273.

_____. O Império e as Memórias do Estado Novo: Os Heróis de Chaimite. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 17, p.33-78, 1995.

SILVA, A. E. Duarte. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). **Análise Social**, Lisboa, v. 30, p.05-50, 1995.

SOBRAL NETO, Margarida. **Problemática do Saber Histórico: Guia de Estudo**. Coimbra: Palimage, 2013.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. **Análise Social**, Lisboa, v. 23, p.687-719, 1987.

TORGAL, Luís Reis. **Estados Novos Estado Novo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

VIEIRA, Patrícia. **Cinema no Estado Novo: A Encenação do Regime**. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

VILHENA, Maria da Conceição. **Gungunhana Grandeza e Decadência de um Império Africano**. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

_____. **Gungunhana no seu reino**. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

WHEELER, Douglas L. Joaquim Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo. **Análise Social**, Lisboa, v. 26, p.295-318, 1980.

REFERÊNCIAS FÍLMICAS:

Chaimite - A Queda do Império Vátua. Portugal, 1953. Diretor Jorge Brum do Canto. 149 min.